



RELATÓRIO **GESTÃO**  
2022

**e**  
**DEMONSTRAÇÕES**  
FINANCEIRAS  
**CONSOLIDADAS**

VILA NOVA DE



CÂMARA MUNICIPAL

## Conteúdo

1. Introdução .....	2
2. Entidades Participadas .....	3
2.1 - Entidades objeto de consolidação.....	3
2.1.1 - Águas de Gaia .....	3
2.1.2 - Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM .....	6
2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia .....	10
2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado .....	11
2.1.5 - Municípa - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A. ....	13
2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL .....	14
2.1.7 – STCP, E.I.M, S.A. ....	15
3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas .....	17
Documentos Consolidados .....	22

## 1. Introdução

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei 73/2013, de 3 de setembro), estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado.

A Contabilidade Pública torna-se fundamental dado que coloca a ênfase na eficiência, desempenho e na “*accountability*”, tentando manter a qualidade dos serviços.

A reforma materializada pela implementação do SNC-AP, permite implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas e fomentar a normalização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, e contribuir para a satisfação das necessidades dos *stakeholders*.

Permite ainda uniformizar procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, devendo, para o efeito, nos termos da NCP 22, a entidade que controla apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

O Relatório de Gestão e Contas Consolidadas de 2022 apresenta as principais atividades desenvolvidas nesse ano pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação do Município de Vila Nova de Gaia, demonstrando a sua contribuição decisiva para a prossecução dos seus objetivos.

## 2. Entidades Participadas

Como anteriormente referido, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. O Município de Vila Nova de Gaia, enquanto entidade consolidante, detém participações nas seguintes entidades:

**Quadro 1 – Entidades Participadas**

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia EM, S.A.	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	Sim	Integral
Gaiurb - Urbanismo e Habitação EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	507809661	1 183 770,40 €	82,28%	Sim	Integral
Gaia Douro - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	89,46%	Sim	Integral
Municíпия - Empresa Cartografia e Sistemas Informação EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	Sim	MEP
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	500246467	10 836 000,00 €	12,04%	Sim	MEP
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	Não	-
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	Não	-
Energaiя - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	Não	-
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	Não	-
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	Não	-
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	Não	-
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	Não	-
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	Não	-

### 2.1 - Entidades objeto de consolidação

É importante ressaltar que, para efeitos do presente documento, foram consideradas as entidades participadas pelo Município em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação, nomeadamente, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, considerando-se assim o perímetro de consolidação financeiro igual ao orçamental.

Como se encontra refletido no quadro 1, foram utilizados dois métodos de consolidação distintos, a saber:

- O método de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no Património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- O método de equivalência patrimonial, que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

#### 2.1.1 - Águas de Gaia

Águas de Gaia, EM SA, é uma empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia representando um instrumento da sua política para o concelho. Tem como objetivo prestar um serviço de excelência, aliado a uma relação de parceria com uma população cada dia mais exigente.

Águas de Gaia assume como principal missão assegurar:

- A distribuição de água de qualidade aos gaienses;
- A drenagem das águas residuais e a gestão da rede de águas pluviais, contribuindo para a despoluição do rio Douro e das ribeiras do concelho;
- A gestão da recolha e encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos;
- A promoção da melhor utilização das praias e zonas balneares do concelho;
- O contributo para a qualidade de vida das populações.

A Empresa e os seus colaboradores assumem a responsabilidade perante os clientes e munícipes de Gaia, bem como perante aqueles que usufruem dos seus serviços de cumprir as funções que lhe são delegadas pelo município de Vila Nova de Gaia. É uma empresa ambiciosa, mas com responsabilidades sociais e ambientais.

Águas de Gaia, EM SA é hoje uma empresa de referência no setor, inovadora, com provas dadas e com uma visão de futuro. Para além do reconhecimento no concelho e no país, está neste momento a desenvolver projetos internacionais que evidenciam a competência e o conhecimento dos seus colaboradores.

A empresa trabalha diariamente para manter os elevados índices de qualidade, sustentabilidade e inovação e cuja marca é conhecida dos gaienses: ÁGUAS DE GAIA!... “Empresa Local, Visão Global!”.

As demonstrações financeiras da ÁGUAS DE GAIA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Sociedade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, SNC, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Sociedade, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação. O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos. As demonstrações financeiras desta entidade são individuais e foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Sociedade e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração

dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

### **Balanço**

A 31 de dezembro de 2022 o total do Ativo da Águas de Gaia era de 115 308 mil euros o que representa uma diminuição de 3 937 milhares de euros comparativamente com os 119 245 milhares de euros de 2021. O Passivo teve uma diminuição de 3 524 mil euros e o Património Líquido manteve a tendência de descida verificada desde 2020, sendo que em 2022 a sua diminuição foi de 413 milhares de euros, passando de 62 638 mil euros para 62 225 mil euros. A diminuição do valor do ativo decorreu quer da diminuição de 1 373 mil euros no ativo corrente, quer da diminuição de 2 565 mil euros ocorrida no não corrente, maioritariamente Ativo Fixo Tangível. Também no que diz respeito à diminuição do valor do Passivo, a sua variação positiva derivou do facto da redução de 3 650 mil euros no Passivo Não Corrente ter sido superior ao aumento de 126 mil euros que se verificou no Corrente.

### **Demonstração de Resultados.**

Verifica-se um aumento do Resultado Líquido do Exercício de aproximadamente 68 mil euros em comparação com o valor registado em 2021, passando de 304 mil euros para 372 mil euros. Os Rendimentos atingiram um valor de 70 015 milhares de euros, mais 5 902 mil euros do que os registados no ano de 2021 em que o valor foi de 64 114 mil euros. Apesar de se ter também verificado um aumento nos gastos no montante de 5 804 milhares de euros passando de 63 602 milhares de euros em 2021 para 69 406 milhares de euros em 2022, este não foi suficiente para absorver o aumento do rendimento verificado. É de realçar o aumento de aproximadamente 10% nas vendas e prestação de serviços e de 9% nas transferências e subsídios à exploração. A rubrica Imparidades de dívidas a receber, que no exercício de 2022 apresentou um valor de perdas de 712 mil euros, foi inferior ao valor de 985 mil euros registado em 2021, registando uma redução de 28%.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se que a entidade apesar de ter diminuído ligeiramente a sua Liquidez Geral, aumentou a sua Autonomia Financeira e Solvabilidade, o que indicia alguma estabilidade ao nível económico-financeiro.

Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo*100	53,96%	52,53%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	56,91%	63,73%
Solvabilidade = Capital/Passivo*100	117,22%	110,65%

### 2.1.2 - Gaiurb Urbanismo e Habitação, EEM

A Gaiurb, EM, é uma empresa local, integralmente detida pelo Município de Vila Nova de Gaia. Tratando-se de uma entidade empresarial local o seu regime jurídico consta da Lei nº50/2012 de 31 de agosto, em conjugação com a lei comercial e os respetivos estatutos.

A partir de janeiro de 2015, a Gaiurb ficou sujeita às regras da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que introduziu a quarta alteração à Lei 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei do Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, e aos procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalidade da prestação da informação, nos termos do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho.

A empresa municipal Gaiurb tem como missão apoiar o Município de Vila Nova de Gaia:

- No domínio do Urbanismo desenvolvendo uma política urbanística de excelência desde o planeamento e licenciamento, à fiscalização e paisagem urbana;
- No domínio da Habitação, no desenvolvimento de uma política de habitação que assume a coesão social como pilar de atuação, numa lógica de coordenação socio-habitacional e exploração patrimonial.

Assim, nestes dois domínios, a Gaiurb quer contribuir para a sustentabilidade do concelho e para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. A Empresa, tem como objetivos principais o ordenamento do território, a gestão e fiscalização das operações urbanísticas, a reabilitação e regeneração urbana, a exploração e promoção da habitação, o desenvolvimento de serviços e inovação e a promoção do desenvolvimento local do concelho de Vila Nova de Gaia.

Compete à Gaiurb, em sincronia com a Direção Municipal de Urbanismo, a prossecução dos seguintes objetivos no âmbito do Urbanismo:

- a) Desenvolver as iniciativas necessárias com vista à promoção do enquadramento estético do concelho, nomeadamente no que diz respeito à paisagem e reabilitação urbana;
- b) Promover (todas) as atividades associadas à reabilitação urbana, nos termos da legislação em vigor;
- c) Instruir, apreciar e emitir pareceres sobre todos processos de licenciamento de publicidade e ocupação do espaço público a eles associados, prestando colaboração necessária, mediante a elaboração de estudos e/ou projetos, tendente à regular instrução de processos;
- d) Propor a definição dos parâmetros e do desenho urbano, necessários à qualificação urbana do território;
- e) Participar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de nível supramunicipal e emitir parecer dirigido à Câmara Municipal sobre as suas diferentes fases da elaboração;
- f) Emitir parecer sobre a integração e exclusão de áreas de Reserva Ecológica Nacional e na Reserva Agrícola Nacional;
- g) Propor à Câmara Municipal que requeira a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação e posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor e de unidades de execução plenamente eficazes;

- h) Executar e monitorizar a execução dos planos municipais de ordenamento do território e propor medidas de atualização ou correção de desvios;
- i) Propor a delimitação das zonas de defesa e controlo urbano e dos planos de renovação de áreas degradadas;
- j) Emitir pareceres e gerir todos os procedimentos relativos às operações urbanísticas, nos termos da lei;
- k) Assegurar a compatibilização dos projetos e operações urbanísticas com os instrumentos eficazes de gestão territorial, a legislação e normativos legais e o modelo de desenvolvimento urbanístico do município;
- l) Elaborar estudos de estruturação viária e propor alinhamentos em vias municipais;
- m) Assegurar ações de fiscalização urbanística e propor as medidas previstas na lei, tendo em vista o cumprimento das disposições legais e regulamentares;
- n) Organizar, instruir e propor as decisões no âmbito dos processos de contraordenação;
- o) Coordenar e executar tarefas de recolha, produção e processamento de informação alfanumérica, cartográfica e topográfica, necessárias ao apoio nas funções de planeamento gestão e fiscalização urbanística;
- p) Gerir informação topográfica obtida pelos serviços municipais e fornecida pelas entidades particulares;
- q) Promover a realização de ações de formação em matéria de urbanismo e ordenamento do território ou outras da sua competência;
- r) Desenvolver produtos informáticos que auxiliem a atividade corrente da empresa, designadamente nas áreas de gestão do ordenamento do território e no seu enquadramento urbanístico;
- s) Promover, através de peritos qualificados nomeados para o efeito, a certificação energética dos edifícios sitos no Concelho de Vila Nova de Gaia, nos termos da lei;
- t) Assegurar a divulgação das atividades desenvolvidas junto dos munícipes, nomeadamente através da elaboração de estudos e projetos de criação gráfica e de comunicação;
- u) Desenvolver outras atividades no âmbito da gestão urbanística, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de postos de abastecimento e de armazenagem de combustíveis e outros derivados do petróleo; inspeção e fiscalização de elevadores; autorização de equipamentos de telecomunicações, bem como outras atividades de licenciamento e fiscalização relacionadas;
- v) Desenvolver projetos e promover todas as atividades associadas à reabilitação e requalificação urbanas, nos termos da legislação em vigor.

No que se refere à Habitação, os objetivos prosseguidos são os seguintes:

- a) Promover o desenvolvimento da habitação social no Concelho e a exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- b) Otimizar a capacidade de resposta em matéria de atribuição de habitação social, adequando o perfil da procura à eventual oferta de novos fogos;



- c) Instruir, apreciar e emitir parecer sobre as candidaturas a habitação social, de acordo com a legislação em vigor;
- d) Formalizar o realojamento, desde a preparação de contratos de arrendamento e cálculo de rendas, de acordo com a legislação em vigor;
- e) Apostar no trabalho de proximidade com os munícipes gaienses proporcionando todos os esclarecimentos acerca dos procedimentos do Departamento de Habitação, prestando um serviço público de excelência;
- f) Promover o desenvolvimento de dinâmicas comunitárias, através da implementação de microprojetos delineados em função das especificidades dos vários empreendimentos sociais;
- g) Promover a coordenação e exploração sócio habitacional com vista à conservação dos edifícios e à gestão dos espaços comuns, tendo em conta os princípios de responsabilização, participação e proximidade;
- h) Apoiar as pessoas na prevenção e/ou reparação de problemas que geram ou foram gerados por situações de exclusão social, através de uma intervenção e acompanhamento social individualizado;
- i) Promover obras de manutenção e reabilitação dos empreendimentos sociais assim como a manutenção das instalações e outros edifícios pertencentes ou sob exploração da empresa;
- j) Realizar estudos e propostas de reabilitação e ou/ inovação para os vários empreendimentos sociais assim como para as instalações e outros edifícios pertencentes à empresa;
- k) Assegurar as manutenções de equipamentos (elevadores, centrais hidropressoras, campos de jogos) de acordo com a legislação aplicável.

É ainda objetivo da Gaiurb desenvolver outras atividades no mercado de bens e serviços, junto de outros agentes económicos, relacionadas com o seu objeto, designadamente nas áreas da assessoria e consultoria e na elaboração de projetos.

Parte da atividade da empresa é suportada por dois importantes documentos contratuais subscritos com o Município de Vila Nova de Gaia: O Contrato Programa e o Contrato de Reabilitação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos.

O Contrato Programa define um conjunto de orientações de natureza estratégica e funcional, e o Município através do Contrato de Mandato, encarrega a Gaiurb da execução das ações de manutenção e de reabilitação em edifícios públicos municipais na área da habitação social e da reabilitação urbana. No âmbito das candidaturas apresentadas, pelo Município de Vila Nova de Gaia, ao abrigo do Programa Portugal 2020, foram contratualizados com a Gaiurb um conjunto de projetos de execução de reabilitação do património municipal e do espaço público, bem como, de projetos de reabilitação energética do parque habitacional social, denominada por contratação *In House*.

A Gaiurb na sua vertente da área social continua a assumir um papel importante na resolução das mais diversas carências sociais sentidas pelos inquilinos mais vulneráveis, desenvolvendo políticas sociais direcionadas para a coesão social e seguindo as orientações políticas e estratégicas definidas pelo município na área de intervenção social, procurando sempre desenvolver projetos e ações de elevado cariz social. Esta área de intervenção

assumiu um papel ainda mais preponderante e importante, numa altura de grande fragilidade social que a pandemia da COVID-19 trouxe. Assim, foi dada prioridade ao acompanhamento mais assíduo, e uma intervenção mais focalizada para os problemas sentidos no dia-a-dia pela comunidade.

A satisfação dos Municípes e clientes, continua a ser um primado para a Empresa, procurando sempre prestar um serviço de excelência e de qualidade.

Como entidade reclassificada a Gaiurb, EM, em 2020 adotou o Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) que conjugado com a nova Lei de Enquadramento Orçamental, trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado fundamentalmente na sua contabilidade, relato, controlo e transparência.

### **Balanço**

A 31 de dezembro de 2022 o valor do ativo da Gaiurb EM era de 19 864 mil euros, mais 24 mil euros que o valor de 2021 que havia sido de 19 840 milhares de euros. Esta variação positiva no valor do Ativo ficou a dever-se fundamentalmente a um aumento do ativo corrente que passou de 9 132 mil euros para 9 591 mil euros e compensou a diminuição do ativo não corrente de 10 708 milhares de euros em 2021 para 10 273 milhares de euros em 2022. No que se refere ao Passivo, registou uma diminuição de 649 mil euros passando de 7 104 mil euros para 6 455 milhares de euros. Esta variação positiva no Passivo verificou-se tanto passivo corrente como no não corrente. Estas variações no Ativo e Passivo da empresa tiveram como resultado um aumento de 673 mil euros no Património Líquido que passou de 12 736 mil euros para 13 409 mil euros.

### **Demonstração de Resultados**

Após a análise às demonstrações financeiras verificamos que o Resultado Líquido do Exercício teve uma ligeira diminuição, passando de um valor de 927 mil euros em 2021, para um valor próximo de 866 mil euros em 2022. Esta variação nos resultados de 2022 deveu-se em grande medida ao aumento dos gastos em cerca de 1%, uma vez que o total de rendimentos se manteve praticamente inalterado.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se que a entidade registou uma evolução positiva em todos os indicadores económico-financeiros analisados.

Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo*100	67,50%	64,20%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	265,46%	218,68%
Solvabilidade = Capital/Passivo*100	207,74%	193,37%

### 2.1.3 - Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia

A Inovagaia é uma instituição de referência no fomento do empreendedorismo e no apoio ao tecido económico de Vila Nova de Gaia. No Centro de Incubação de Empresas, no Parque Tecnológico de S. Félix da Marinha, a Inovagaia apoia, pela via da incubação, os candidatos a empreendedores, com potencial de crescimento, proporcionando-lhes um ambiente propício à concretização dos seus projetos empresariais.

Simultaneamente, dá grande atenção ao tecido empresarial já instalado em Vila Nova de Gaia, tanto na vertente de desenvolvimento nacional, como no apoio à internacionalização, utilizando as ferramentas de aconselhamento de gestão e financeiras de que dispõe. A captação de investimento estrangeiro para o concelho é, também, uma das prioridades da Inovagaia.

O ano de 2022 continuou marcado por condições de elevada instabilidade, desde a guerra na Ucrânia, à crise económico-social, aos aumentos das taxas de juros, fatores estes que começaram a incrementar alguns receios em relação ao futuro. Por outro lado, a retoma à normalidade, após mais de dois anos de Pandemia que impactou fortemente a economia, trouxe algum alívio e energia ao desenvolvimento económico.

A Inovagaia é fundamental para reforçar o ecossistema de empreendedorismo, o sistema empresarial e a competitividade de Vila Nova de Gaia e por isso o ano de 2022 foi alicerçado na execução de um conjunto de programas e ações nesse sentido.

As atividades desenvolvidas pela Inovagaia dividiram-se em três vetores de intervenção:

1. Incubação e Empreendedorismo;
2. Apoio Empresarial;
3. Formação.

As demonstrações financeiras da Inovagaia foram elaboradas no pressuposto da continuidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março e republicado pelo Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho.

### **Balanço**

A 31 de dezembro de 2022 o valor do ativo da Inovagaia era de 3 057 mil euros, menos 321 mil euros que o valor de 2021 que se ficou pelos 3 378 milhares de euros. Esta variação negativa no valor do Ativo ficou a dever-se a uma diminuição quer do ativo corrente, quer no ativo não corrente. No que se refere ao Passivo este também diminuiu 292 mil euros passando de 717 mil para 425 milhares de euros, diminuição verificada ao nível do passivo corrente, até porque a entidade não possui passivo não corrente. Estas variações no Ativo e Passivo implicaram uma diminuição de 29 mil euros no valor do Património Líquido que mantém assim a tendência de diminuição que já se havia verificado em 2020 e 2021.

### **Demonstração de Resultados**

O Resultado Líquido em 2022 ascendeu a cerca de 15 mil euros o que representa uma diminuição de 3 mil euros relativamente aos 18 mil euros atingidos em 2021, mantendo-se assim uma tendência de diminuição embora muito menos significativa do que a que ocorreu de 2020 para 2021. Apesar de se ter verificado um aumento de cerca de 10,86% no valor dos rendimentos, o valor aumento dos gastos foi ligeiramente superior (+11,38%), o que influenciou a diminuição dos resultados.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verifica-se uma melhoria dos valores dos indicadores económico-financeiros motivada, sobretudo, pela redução do agregado do Passivo Corrente, com efeitos ao nível da liquidez geral e da solvabilidade.

Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo*100	86,10%	78,78%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	218,41%	166,78%
Solvabilidade = Capital/Passivo*100	619,55%	371,32%

#### **2.1.4 - GaiaDouro – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado**

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado GAIA DOURO iniciou a sua atividade em 19 de dezembro de 2008, com um capital social inicial de 6.000.000 euros e com uma duração de 10 anos, prorrogável por períodos subsequentes de 5 anos. O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a são critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sitos no Município de Vila Nova de Gaia, podendo excecionalmente, quando o interesse dos participantes assim o imponha, investir-se em ativos imobiliários localizados em outros municípios, nomeadamente municípios limítrofes.

Em 2022 mantiveram-se os arrendamentos em vigor, maioritariamente com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Prosseguiu-se com várias ações tendentes ao desenvolvimento e comercialização dos imóveis do Fundo situados no concelho de Gaia, tendo sido alienados os ativos designados por “Minas” e “Quinta dos Castelos”. Em termos de alienações, encontram-se ainda em fase de conclusão três processos de venda, dois dos quais, já em contrato promessa de compra e venda, que permitirão manter a estabilidade financeira do Fundo, cumprir o serviço da dívida e realizar novos investimentos. No ativo “20 de junho” foi instruído o pedido de licenciamento do Projeto de Edificação, tendo como objetivo a obtenção de licença de construção, com vista a dar-se início à sua edificação logo que a mesma seja emitida.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Fundos de Investimento Imobiliário, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade. Este Regulamento impõe a divulgação de informação que se destina não só a desenvolver e a comentar os valores incluídos nas referidas Demonstrações Financeiras, mas também informações consideradas úteis para os participantes do Fundo de investimento.

### **Balanço**

O valor do ativo no final de 2022 era de 22 515 milhares de euros o que significou um aumento de 153 mil euros em comparação com o valor de 2021 que foi 22 362 mil euros. Este aumento incidiu unicamente no Ativo não Corrente. Quanto ao Passivo, que nesta entidade é apenas de curto prazo, manteve a tendência descendente que já se vinha a verificar no período anterior passando a ser de 3 932 mil euros o que representa uma diminuição de 1 277 mil comparativamente com os 5 209 mil euros de 2021. Daqui decorre que o Património Líquido aumentou 1 429 mil euros, cifrando-se em 2022 em 18 583 milhares de euros quando em 2021 era de 17 154 milhares euros.

### **Demonstração de Resultados**

Da análise dos resultados obtidos, constata-se quem em 2022 os Resultados Líquidos foram de 1 429 mil euros o que representa uma diminuição de 999 mil euros face aos 2 428 milhares de euros de 2021. Esta variação negativa decorre da diminuição de aproximadamente 920 mil euros no montante de rendimentos que passaram de 3 050 milhares de euros em 2021 para 2 120 milhares de euros em 2022 e de um aumento de aproximadamente 79 mil euros nos gastos.

### **Indicadores económico-financeiros**

Da análise do quadro seguinte verificamos uma melhoria da capacidade financeira global da entidade para solver a totalidade dos seus compromissos. Embora a liquidez geral apresente valores reduzidos, manteve-se em 2022 a melhoria que já se havia verificado nos últimos dois anos em resultado de um aumento do valor do Ativo que foi acompanhado de uma diminuição do valor do Passivo que no caso deste Fundo é apenas corrente.

Indicadores	2022	2021
Autonomia Financeira = Capital Próprio/Ativo*100	82,54%	76,71%
Liquidez Geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente*100	38,78%	15,94%
Solvabilidade = Capital/Passivo*100	472,61%	329,32%

### 2.1.5 - Município - Empresa Cartografia e Sistemas Informação, EM, S.A.

A Município, é uma empresa enquadrada no setor empresarial Local e tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultadoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua atividade social, prestação de serviços energéticos, soluções ambientais, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras e compras em grupo.

A Município desenvolve a sua atividade fundamentalmente em quatro direções que durante o ano de 2022 tiveram a seguinte atividade:

- Direção de cartografia e cadastro – Execução de projetos relevantes no que respeita à cobertura aérea, cadastro e cartografia com destaque para a cobertura aérea da área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EDI). A par deste projeto foram realizados outros de menor dimensão, mas não menos importantes. Continuação da produção cartográfica em Base de Dados, desenvolvimento de projetos de cadastro a vários municípios, continuação dos contatos com os Palop inclusive com a resposta a concursos de RDUAT;
- Direção de Engenharia e Infraestruturas – Esta direção focou-se não só na continuidade do desenvolvimento de projetos em curso transitados de anos anteriores, mas também em novos contratos que surgiram durante o ano de 2022;
- Direção de inteligência Espacial – As atividades desta direção dividiram-se em projetos internos e projetos externos. Os projetos internos dividiram-se em manutenção do site da Município, manutenção do site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão de Qualidade, em Help DesK a toda a equipa e em Auditoria e manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções. Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental. Foi dada continuidade à prestação de apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente modelo de dados da DGT. Ainda no âmbito de projetos internos será iniciado em 2023 a reestruturação da infraestrutura tecnológica da Município através da aquisição de novos equipamentos. Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com perspetiva de rentabilização futura, destaca-se a migração de inúmeros clientes para a Plataforma CityHub, a conclusão dos projetos no âmbito dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de Levantamento Mobile Mapping, de Migração e Harmonização de Bases de Dados e de Formação em Sistemas de Informação Geográfica.
- Direção de Novos negócios – O ano de 2022 foi marcado por mudanças e alterações na estrutura e operação da Direção de Novos Negócios (DNN), nomeadamente com a contratação de um novo Diretor de Novos Negócios, a redefinição de funções e de zonas geográficas da respetiva força de vendas, suspensão da relação com a agência de comunicação, passando a comunicação das marcas Município®,

Connect® e UniquePATH® a ser gerida internamente. Foi definido um Plano de Marketing e de Inovação para os próximos anos, que inclui colaborações diretas com as restantes Direções.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização de períodos, consistência e substância sobre a forma e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho.

### **Balanço**

O Capital Próprio da empresa teve um aumento de aproximadamente 85 mil euros passando de 3 268 mil euros em 2021 para 3 353 milhares de euros no ano de 2022. O Total do Ativo diminuiu 854 mil euros passando de 7 074 milhares de euros em 2021 para 6 220 milhares de euros em 2022, verificando-se uma diminuição ao nível do Ativo não Corrente de 176 mil euros e do Ativo Corrente de 679 mil euros.

Apesar da diminuição do Ativo atrás referida, verifica-se que o Passivo registou uma variação positiva, na medida em que teve uma diminuição de 940 mil euros no seu valor, passando de 3 806 mil euros em 2021 para 2 866 mil euros em 2022. Ainda no que diz respeito ao Passivo refira-se que o Passivo Corrente mantém um peso significativo e em 2022 representou 80% do Passivo Total.

### **Demonstração de Resultados**

Ao nível dos resultados líquidos verificou-se um valor negativo de 1 046 mil euros. Este resultado foi motivado por uma diminuição dos rendimentos de 689 mil euros e um aumento dos gastos em 392 mil euros.

#### **2.1.6 – Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL**

A Gaia Futuro, CRL - cooperativa de interesse público, foi instituída pelo Município de Vila Nova de Gaia, detentor do capital cooperativo maioritário, e por um conjunto de outras instituições do concelho de Vila Nova de Gaia no dia 6 de março de 2020, sendo antecedida de uma Assembleia de Fundadores realizada a 16 de janeiro de 2020.

O objetivo desta cooperativa é o de promover uma gestão participada pela comunidade e pelas suas instituições representativas, de equipamentos desportivos e culturais, desenvolvendo ou dando continuidade a programas e projetos de interesse público e comunitário.

Durante os anos de 2020 e 2021, a Gaia Futuro, em consequência da pandemia COVID-19, viu-se impossibilitada de levar a efeito quaisquer iniciativas de interesse público e comunitário, no âmbito das respetivas atribuições. No final do ano 2021, a Gaia Futuro começou a procurar despertar novamente para a normal assunção de responsabilidades, no cumprimento da missão para que foi instituída, tendo sido nomeada uma nova equipa diretiva. Contudo, devida a constrangimentos vários, esta equipa acabaria por não desenvolver qualquer atividade, como ficou expresso no relatório e contas do ano de 2021.

Esta situação estendeu-se até ao início do mês de setembro de 2022, altura em que, por decisão do cooperante maioritário, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a Direção da Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público – CIPRL seria assumida por uma equipa, designada em Assembleia Geral, no dia 01 de setembro de 2022. De imediato, a nova direção procurou reativar a atividade da Gaia Futuro, numa dupla vertente: por um lado, numa dimensão conceptual, repensando o papel da Gaia Futuro, à luz dos respetivos Estatutos e das transformações sociais, dos novos desafios operados pela pandemia. Por outro, atualizando formalidades procedimentais e administrativas legais.

Nesse sentido, convencionou-se que a Gaia Futuro deverá na progressiva assunção de projetos como as Escolas Municipais de Modalidades e os Jogos Juvenis.

### ***Balanço***

A 31 de dezembro de 2022 o valor do Ativo desta entidade era de 37 mil euros correspondendo a Ativo não corrente. O Passivo era de 11 mil euros, dos quais cerca de 9 mil euros correspondem a Estado e outros entes públicos. O Capital Próprio tem um valor de aproximadamente 26 mil euros, um recuo face aos 41 mil euros do ano de 2021, decorrente sobretudo do resultado líquido negativo de 20 mil euros. De referir ainda que o capital realizado passou de 45 000 euros para 50 300 euros.

### ***Demonstração de Resultados***

Atendendo que a entidade retomou a atividade no final do ano de 2022, o resultado líquido apresentado foi negativo, em cerca de 20 mil euros, motivado fundamentalmente por Gastos com o pessoal.

#### **2.1.7 – STCP, E.I.M, S.A.**

A STCP, E.I.M., S.A., é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, nos termos do artigo 19º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. A empresa rege-se ainda pelo Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 175/2019 de 27 de dezembro, pelos seus estatutos, pelo Regime do Setor Empresarial do Estado (RJAE) e pelo Código das Sociedades Comerciais.

Através do ofício SAI\_DGTF/2021/310 da DGTF, de 26 de janeiro de 2021, foi comunicado à STCP que a transferência das ações representativas do Capital Social da STCP, do Estado Português, para os seis Municípios do Porto ocorreu com a data de 1 de janeiro de 2021.

O Município de Vila Nova de Gaia ficou titular de 2 167 200 ações, num total de 10 836 000,00 euros, que representa 12,04% do capital.



O ano de 2022 é o segundo ano em que a propriedade da empresa passou do Estado para os seis municípios onde a STCP, E.I.M., S.A. opera: Porto, Vila nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo.

No ano de 2022 foram percorridos cerca de 22,7 milhões de veículos Km de serviço. Mantendo a trajetória de descarbonização da sua frota, a empresa adjudicou a aquisição de mais 48 autocarros elétricos e 24 postos de carregamento elétrico. Em agosto de 2022 foi adjudicada a aquisição de um novo Sistema de Apoio à Exploração e de Informação ao Público (SAEIP) que irá permitir a introdução de novas funcionalidades que promovam uma maior eficiência na utilização dos recursos, a eco condução e o conforto e informação aos passageiros. Foi também adjudicada a aquisição de um novo sistema de bilhética e a STCP passou a ser também a primeira empresa de transportes públicos, a nível nacional a disponibilizar o pagamento por MBWAY dos seus bilhetes de bordo.

Por último, o ano de 2022 ficará marcado na história da empresa como o ano em que esta comemora 150 anos de existência.

As demonstrações financeiras da STCP foram preparadas no quadro das disposições em vigor vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 3 julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho (SNC) e de acordo com a estrutura concetual, norma contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/20215, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

### **Balanço**

Em 31 de dezembro de 2022 o Ativo apresentava um valor de 184 756 mil euros o que significou um aumento de 1 994 mil relativamente aos 182 762 milhares de euros de 2021. Apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo ao nível do ativo não corrente, o mesmo foi absorvido pelo aumento verificado no ativo corrente que apresentou uma valorização de 4 733 mil euros, com enfoque mais acentuado nos outros ativos financeiros concretizados numa aplicação de 12 milhões de euros em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's) do IGCP.

No que diz respeito ao Passivo o mesmo também sofreu um ligeiro aumento de 353 milhares de euros, passando de um valor de 43 423 milhares de euros em 2021 para 43 776 milhares de euros em 2022. O Passivo Não Corrente registou uma diminuição de 279 mil euros face ao ano anterior, já o Passivo Corrente teve um aumento na ordem dos 632 mil euros.

O Capital Próprio da empresa a 31 de dezembro de 2022 apresentava um valor positivo de 140 980 mil euros o que significou uma melhoria de 1 640 mil euros comparativamente com o valor de 139 340 mil euros que se verificava em 2021. Esta melhoria resultou da assunção por parte dos acionistas da sua parte nos resultados negativos antes de impostos.

### **Demonstração de Resultados**

No que se refere aos resultados do exercício em 2022, tal como o verificado no ano de 2021, a STCP, atendendo ao quadro legal porque se passa a reger, apresentou um resultado líquido antes de impostos nulo. No entanto o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo de art.º 40º da Lei 50/21012 é negativo em 8 605 milhares de euros. Este valor negativo decorre do facto de apesar do aumento verificado nos rendimentos no ano de 2022 em comparação com os do ano anterior, o mesmo continua a ser insuficiente para fazer face aos gastos da empresa principalmente no que se refere às rubricas de Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, que no conjunto representam cerca de 69% do total dos Gastos. De referir, ainda, o aumento do custo das matérias consumidas, que representa 20% do total dos Gastos, o qual foi motivado pelo aumento exponencial do preço do combustível GNC, sendo o consumo deste combustível, em 2022, 14 947 mil euros, comparativamente com 5 702 mil euros verificados no ano de 2021.

### **3. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Destacamos os seguintes aspetos das demonstrações financeiras consolidadas do Município, reportadas a 31/12/2022, as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações ao Património Líquido, relativas ao período findo naquela data.

#### **Balanço**

O Balanço Consolidado é o documento contabilístico que apresenta a situação patrimonial do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício económico.

Em 2022, o valor do balanço consolidado ascende a 1.112.830.673,56€, conforme resulta do quadro seguinte:

**Quadro 2 – Balanço Consolidado**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>	<b>974 617 424,41</b>	<b>966 714 535,15</b>
<b>Ativo corrente</b>	<b>138 213 249,15</b>	<b>132 467 664,52</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>1 112 830 673,56</b>	<b>1 099 182 199,67</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
<b>Património Líquido</b>		
<b>Total Património Líquido</b>	<b>886 472 326,39</b>	<b>875 317 554,52</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>	<b>150 562 272,03</b>	<b>147 587 146,50</b>
<b>Passivo corrente</b>	<b>75 796 075,14</b>	<b>76 277 498,65</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>226 358 347,17</b>	<b>223 864 645,15</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>1 112 830 673,56</b>	<b>1 099 182 199,67</b>

Valores: Euros

Do lado do ativo, destaca-se o peso do ativo não corrente, que inclui os bens do Domínio Público, que representa cerca de 88% (974.617.424,41€), do total do ativo. O ativo não corrente apresenta um acréscimo de cerca de 1%, em relação a 2021.

Quanto ao ativo corrente, no valor de 138.213.249,15€ (ou seja, cerca de 12% do ativo), sobressaem os depósitos em instituições financeiras e caixa (cerca de 5% do total do ativo e 38% do ativo corrente), assim como as outras contas a receber (cerca de 5% do total do ativo e 42% do ativo corrente), resultantes, maioritariamente, do cumprimento do princípio da especialização. O ativo corrente teve um acréscimo de 4% face a 2021 em grande parte explicado pelo aumento da Caixa e Depósitos (cerca de 19% em relação a 2021). No segundo membro do balanço, predomina o montante do Património Líquido, que representa 80% (886.472.326,39€) do valor do Balanço, destacando, com maior expressão dentro deste, Património/Capital, com o valor de 432.485.722,43€, destacando-se ainda o montante de resultado líquido do período que ascende a 3.718.689,01€.

Quanto ao Passivo (226.358.347,17 €), destacam-se os financiamentos obtidos, no montante de 97.587.357,63€ (não corrente) e 17.625.800,30€ (corrente), que registaram uma redução de cerca de 277 mil euros entre exercícios.

O Passivo Total evidência um ligeiro aumento de 1% face ao ano de 2021, decorrente do aumento do Passivo Não Corrente. Foram perto de 3 milhões de euros para os quais contribuíram, essencialmente, os Financiamentos Obtidos.

Verifica-se ainda, do lado do passivo não corrente, o ajustamento no valor das provisões decorrentes da aplicação da NCP15 e dos estados dos processos judiciais em curso, com um ligeiro aumento de cerca de 166 mil euros face a 2021, para a qual contribuiu, para além do Município, a empresa Águas de Gaia, EM, S.A.

## Demonstração dos Resultados

O Resultado Líquido consolidado em 2022 (3.718.689,01€) registou uma diminuição de cerca de 12,1 milhões de euros.

Ao nível da receita, verificou-se um acréscimo nas transferências e subsídios obtidos (cerca de 19 milhões), motivado maioritariamente pelos valores registados pelo Município (mais 18,8 milhões de euros), e em consequência da Transferência de Competências assumidas pelo Município em 2022, nas áreas da Educação e no final do ano (dezembro) da Ação Social. No último trimestre de 2022, foi também aprovada uma proposta apresentada pelo Governo na qual se previa o pagamento de uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal, a qual se concretizou numa transferência de 3.104 milhares de euros para o Município. Ao nível das Prestações de serviços e concessões regista-se um aumento de cerca de 6 milhões de euros, efeito decorrente sobretudo dos valores apresentados pela empresa Águas de Gaia, EM, S.A.

Na despesa, verificou-se um acréscimo de cerca de 13,2 milhões de euros nas transferências e subsídios concedidos, face ao ano anterior, justificados pela da necessidade de apoio do Município a diversas instituições e municípios. Os Gastos com o pessoal aumentaram 16,3 milhões de euros, sendo extensível a todas as empresas

do perímetro de consolidação, com exceção do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado GAIA DOURO. Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram o valor de 77,7 milhões de euros em 2022, mais 6,6 milhões de euros, face a 2021, tendo este aumento sido mais expressivo na empresa Águas de Gaia, EM, S.A.

**Quadro 3 – Demonstração dos Resultados**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL	
	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	108 268 707,82	108 175 400,76
Vendas	15 764 549,02	14 909 582,66
Prestações de serviços e concessões	49 606 431,84	43 217 480,01
Transferências e subsídios correntes obtidos	58 628 734,43	39 424 609,47
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 528 096,38	1 127 139,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-11 564 663,29	-11 936 768,48
Fornecimentos e serviços externos	-77 726 002,90	-71 158 337,35
Gastos com pessoal	-79 701 054,23	-63 359 871,52
Transferências e subsídios concedidos	-33 547 359,01	-20 357 834,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-919 529,28	-1 201 406,19
Provisões (aumentos/reduções)	-165 923,81	2 515 528,39
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos	21 662 872,85	20 305 295,80
Outros gastos	-11 366 635,11	-9 141 032,02
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>41 468 224,71</b>	<b>52 519 786,02</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-35 560 595,76	-34 461 779,66
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>5 907 628,95</b>	<b>18 058 006,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	136 984,36	46 841,10
Juros e gastos similares suportados	-1 802 361,07	-1 714 831,03
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4 242 252,24</b>	<b>16 390 016,43</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-522 982,92	-504 867,43
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 718 689,01</b>	<b>15 881 869,43</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>580,31</b>	<b>3 279,57</b>

Valores: Euros

## Fluxos de Caixa Consolidados

O mapa dos Fluxos de Caixa consolidados apresenta os recebimentos e pagamentos de operações orçamentais do Grupo Municipal.

**Quadro 4 – Demonstração de Fluxos de Caixa**

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	68 019 481,96	67 221 540,81
Recebimentos de contribuintes	95 338 387,54	91 438 567,15
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	59 855 460,40	37 658 568,01
Recebimentos de utentes	6 639 485,55	6 524 369,77
Pagamentos a fornecedores	-94 103 447,86	-80 589 139,89
Pagamentos ao pessoal	-76 204 229,56	-62 165 895,02
Pagamentos a contribuintes / Utes	-64 147,70	-80 057,97
Pagamentos de transferências e subsídios	-33 504 837,00	-19 978 246,22
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>25 976 153,33</b>	<b>40 029 706,64</b>
Outros recebimentos/pagamentos	10 879 068,75	8 224 024,63
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>36 855 222,08</b>	<b>48 253 731,27</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-39 338 276,00	-42 907 751,07
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis	-965 445,89	-268 087,84
Pagamentos - Investimentos financeiros	-2 277,87	-78 782,92
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	1 473 089,80	4 238 259,25
Recebimentos - Propriedades de Investimento	420 000,00	280 000,00
Recebimentos - Transferências de capital	9 165 043,83	11 324 238,20
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-29 247 866,13</b>	<b>-27 412 124,38</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Recebimentos - Financiamentos obtidos	19 459 053,76	12 608 769,68
Recebimentos - Doações	793,11	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento	501 693,37	512 474,97
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-17 319 772,80	-23 551 139,23
Pagamentos - Juros e gastos similares	-1 660 679,29	-1 728 949,29
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>981 088,15</b>	<b>-12 158 843,87</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>8 588 444,10</b>	<b>8 682 763,02</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 037 754,58	35 353 976,78
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	52 616 470,82	44 037 754,58
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>	<b>44 037 754,58</b>	<b>35 353 976,78</b>
<b>SGA De execução orçamental</b>	<b>33 717 886,37</b>	<b>27 562 888,78</b>
<b>SGA De operações de tesouraria</b>	<b>10 319 868,21</b>	<b>7 791 088,00</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	52 616 470,82	44 037 754,58
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>	<b>52 616 470,82</b>	<b>44 037 754,58</b>
<b>SGS De execução orçamental</b>	<b>41 150 848,53</b>	<b>34 750 002,30</b>
<b>SGS De operações de tesouraria</b>	<b>11 465 622,29</b>	<b>9 287 752,28</b>

Valores: Euros

Nota: A empresa Gaia Futuro, não apresentou nos seus Documentos de Prestação de Contas, a DFC, tendo-se efetuado a extrapolação dos valores a partir do Balanço.

Os fluxos gerados pelas atividades operacionais foram positivos em 36 855 milhares de Euros, o que permitiu compensar o montante dos fluxos das atividades de investimento, negativos em 29 248 milhares de euros.

Quanto ao saldo para a gerência seguinte, apresenta um aumento de cerca de 8 579 milhares de euros em relação ao saldo da gerência anterior.

### Indicadores de Gestão

O Grupo Vila Nova de Gaia tem vindo a aumentar a capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos, no biénio 2021/2022, aumentando o seu grau de independência em relação aos credores, influenciado pelo aumento dos fundos próprios (através da afetação dos sucessivos resultados líquidos positivos).

Os principais indicadores financeiros, relativos ao biénio 2021/2022, resumem-se no quadro seguinte:

Quadro 5 – Indicadores

Indicadores	2022	2021
<b>ESTRUTURA DO ATIVO</b>		
Ativo Não Corrente/Ativo Total	87,58%	87,95%
Ativo Corrente/Ativo Total	12,42%	12,05%
Ativo Não Corrente/Ativo Corrente	705,15%	729,77%
<b>ESTRUTURA DO PASSIVO</b>		
Passivo Não Corrente/Passivo Total	66,52%	65,93%
Passivo Corrente/Passivo Total	33,48%	34,07%
Passivo Corrente/Passivo Não Corrente	50,34%	51,68%
<b>ÍNDICES DE LIQUIDEZ</b>		
Disponibilidades/Passivo Corrente	69,42%	57,73%
Ativo Corrente/Passivo Corrente	182,35%	173,67%
<b>ÍNDICES DE SOLVABILIDADE</b>		
Património Líquido/Passivo	391,62%	391,00%
Ativo/Passivo	491,62%	491,00%

A tendência de melhoria da autonomia financeira manteve-se em 2022. Apesar de se ter verificado um aumento do Passivo em 1%, o Património Líquido registou um aumento de 1% no biénio 2021/2022, contribuindo para a estabilidade deste rácio em 2022, face ao ano anterior.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram colocadas à disposição do Executivo para apresentação em reunião de Câmara em 19/06/2023.

# Documentos Consolidados

(Demonstrações Financeiras e Orçamentais)

## BALANÇO

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>	<b>974 617 424,41</b>	<b>966 714 535,15</b>
Ativos fixos tangíveis	895 800 181,33	890 270 720,92
Propriedades de investimento	42 081 565,58	39 845 597,79
Ativos intangíveis	699 059,89	792 739,70
Participações financeiras	35 851 181,27	35 163 673,07
Clientes, contribuintes e utentes	594,84	594,84
Diferimentos	1 797,86	24 194,29
Outros ativos financeiros	43 610,78	34 844,29
Outras contas a receber	139 432,86	582 170,25
<b>Ativo corrente</b>	<b>138 213 249,15</b>	<b>132 467 664,52</b>
Inventários	3 510 985,16	3 735 605,94
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	7 255 392,24	8 636 172,39
Clientes, contribuintes e utentes	15 778 656,22	14 309 278,31
Outras contas a receber	58 467 012,90	61 410 879,61
Diferimentos	584 731,81	337 973,69
Caixa e depósitos	52 616 470,82	44 037 754,58
<b>Total Ativo</b>	<b>1 112 830 673,56</b>	<b>1 099 182 199,67</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património Líquido		
Património/Capital	432 485 722,43	418 814 673,43
Outros instrumentos de capital próprio	4 196,64	39 828,52
Reservas	19 591 978,53	18 872 728,58
Resultados transitados	240 298 229,20	243 759 913,97
Ajustamentos em ativos financeiros	-18 679 312,65	-21 810 452,34
Outras variações no património líquido	209 052 242,92	199 755 713,36
Resultado líquido do período	3 718 689,01	15 881 869,43
Interesses Minoritários	580,31	3 279,57
<b>Total Património Líquido</b>	<b>886 472 326,39</b>	<b>875 317 554,52</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>	<b>150 562 272,03</b>	<b>147 587 146,50</b>
Provisões	13 726 967,29	13 561 048,41
Financiamentos obtidos	97 587 357,63	93 546 451,21
Diferimentos	27 723 578,26	29 522 379,44
Outras contas a pagar	11 524 368,85	10 957 267,44
<b>Passivo corrente</b>	<b>75 796 075,14</b>	<b>76 277 498,65</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 280 043,74	210 236,30
Fornecedores	15 133 904,46	17 423 668,10
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	697 164,92	99 754,93
Estado e outros entes públicos	1 771 560,49	1 549 688,60
Financiamentos obtidos	17 625 800,30	21 390 136,13
Fornecedores de investimentos	4 346 268,93	6 961 639,82
Outras contas a pagar	23 899 794,43	18 841 293,12
Diferimentos	10 041 537,87	9 801 081,65
<b>Total Passivo</b>	<b>226 358 347,17</b>	<b>223 864 645,15</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>1 112 830 673,56</b>	<b>1 099 182 199,67</b>

Valores: Euros



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL	
	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	108 268 707,82	108 175 400,76
Vendas	15 764 549,02	14 909 582,66
Prestações de serviços e concessões	49 606 431,84	43 217 480,01
Transferências e subsídios correntes obtidos	58 628 734,43	39 424 609,47
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 528 096,38	1 127 139,30
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-11 564 663,29	-11 936 768,48
Fornecimentos e serviços externos	-77 726 002,90	-71 158 337,35
Gastos com pessoal	-79 701 054,23	-63 359 871,52
Transferências e subsídios concedidos	-33 547 359,01	-20 357 834,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-919 529,28	-1 201 406,19
Provisões (aumentos/reduções)	-165 923,81	2 515 528,39
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
Outros rendimentos	21 662 872,85	20 305 295,80
Outros gastos	-11 366 635,11	-9 141 032,02
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>41 468 224,71</b>	<b>52 519 786,02</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-35 560 595,76	-34 461 779,66
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>	<b>5 907 628,95</b>	<b>18 058 006,36</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	136 984,36	46 841,10
Juros e gastos similares suportados	-1 802 361,07	-1 714 831,03
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>4 242 252,24</b>	<b>16 390 016,43</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-522 982,92	-504 867,43
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 718 689,01</b>	<b>15 881 869,43</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>580,31</b>	<b>3 279,57</b>

Valores: Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO	
	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	68 019 481,96	67 221 540,81
Recebimentos de contribuintes	95 338 387,54	91 438 567,15
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	59 855 460,40	37 658 568,01
Recebimentos de utentes	6 639 485,55	6 524 369,77
Pagamentos a fornecedores	-94 103 447,86	-80 589 139,89
Pagamentos ao pessoal	-76 204 229,56	-62 165 895,02
Pagamentos a contribuintes / Utes	-64 147,70	-80 057,97
Pagamentos de transferências e subsídios	-33 504 837,00	-19 978 246,22
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>25 976 153,33</b>	<b>40 029 706,64</b>
Outros recebimentos/pagamentos	10 879 068,75	8 224 024,63
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>36 855 222,08</b>	<b>48 253 731,27</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-39 338 276,00	-42 907 751,07
Pagamentos - Ativos fixos intangíveis	-965 445,89	-268 087,84
Pagamentos - Investimentos financeiros	-2 277,87	-78 782,92
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	1 473 089,80	4 238 259,25
Recebimentos - Propriedades de Investimento	420 000,00	280 000,00
Recebimentos - Transferências de capital	9 165 043,83	11 324 238,20
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-29 247 866,13</b>	<b>-27 412 124,38</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Recebimentos - Financiamentos obtidos	19 459 053,76	12 608 769,68
Recebimentos - Doações	793,11	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento	501 693,37	512 474,97
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-17 319 772,80	-23 551 139,23
Pagamentos - Juros e gastos similares	-1 660 679,29	-1 728 949,29
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>981 088,15</b>	<b>-12 158 843,87</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	<b>8 588 444,10</b>	<b>8 682 763,02</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 037 754,58	35 353 976,78
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	52 616 470,82	44 037 754,58
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA</b>		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	44 037 754,58	35 353 976,78
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>	<b>44 037 754,58</b>	<b>35 353 976,78</b>
SGA De execução orçamental	33 717 886,37	27 562 888,78
SGA De operações de tesouraria	10 319 868,21	7 791 088,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	52 616 470,82	44 037 754,58
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>	<b>52 616 470,82</b>	<b>44 037 754,58</b>
SGS De execução orçamental	41 150 848,53	34 750 002,30
SGS De operações de tesouraria	11 465 622,29	9 287 752,28

Valores: Euros

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Designação	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO												
	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)</b>	482 311 493,72	0,00	39 828,52	0,00	22 174 827,80	255 437 493,31	-21 718 052,45	0,00	230 050 143,02	18 062 977,19	986 358 711,11		986 358 711,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)</b>	-49 831 071,29	0,00	0,00	0,00	-2 613 282,87	-15 413 166,53	3 038 739,80	0,00	-20 953 069,46	-16 170 551,32	-101 942 401,67	0,00	-101 942 401,67
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 048 528,90	0,00	-7 048 528,90		-7 048 528,90
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	-49 831 071,29	0,00	0,00	0,00	-2 613 282,87	-15 413 166,53	3 038 739,80	0,00	-13 904 540,56	-16 170 551,32	-94 893 872,77		-94 893 872,77
Correção de erros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3) (a)</b>										4 559 642,87	4 559 642,87		4 559 642,87
<b>RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)</b>	-49 831 071,29	0,00	0,00	0,00	-2 613 282,87	-15 413 166,53	3 038 739,80	0,00	-20 953 069,46	-11 610 908,45	-97 382 758,80	0,00	-97 382 758,80
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)</b>	5 300,00	0,00	-35 631,88	0,00	30 433,60	273 902,42	0,00	0,00	-44 830,64	-2 732 799,42	-2 503 625,92	0,00	-2 503 625,92
Subscrições de capital/património	5 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 300,00		5 300,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras operações	0,00	0,00	-35 631,88	0,00	30 433,60	273 902,42	0,00	0,00	-44 830,64	-2 732 799,42	-2 508 925,92		-2 508 925,92
Subscrições de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)</b>	432 485 722,43	0,00	4 196,64	0,00	19 591 978,53	240 298 229,20	-13 679 312,65	0,00	209 052 242,92	3 719 269,32	886 472 326,39	0,00	886 472 326,39

Valores: Euros

(a) O resultado líquido do período inclui os interesses minoritários



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2022	2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2022	2021
	<b>Receita corrente</b>	<b>74 245 669,12 €</b>	<b>75 720 157,92 €</b>		<b>Despesa corrente</b>	<b>19 882 673,61 €</b>	<b>19 283 347,93 €</b>
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal		
R11	Imposto diretos			D2	Aquisição de bens e serviços	15 831 069,38 €	17 523 423,03 €
R12	Imposto indiretos	0,00 €	0,00 €	D3	Juros e outros encargos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema	0,00 €	0,00 €	D4	Transferências correntes	2 280 043,74 €	210 236,30 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades			D5	Subsídios		
R4	Rendimentos de propriedade			D6	Outras despesas correntes	1 771 560,49 €	1 549 688,60 €
R5	Transferências correntes						
R6	Vendas de bens e serviços	15 778 656,22 €	14 309 278,31 €		<b>Despesa de capital</b>	<b>28 246 063,36 €</b>	<b>25 802 932,94 €</b>
R7	Outras receitas correntes	58 467 012,90 €	61 410 879,61 €	D7	Investimento	4 346 268,93 €	6 961 639,82 €
	<b>Receita de capital</b>	<b>7 255 392,24 €</b>	<b>8 636 172,39 €</b>	D8	Transferências de capital		
R8	Vendas de bens de investimento			D9	Outras despesas de capital	23 899 794,43 €	18 841 293,12 €
R9	Transferências de capital	7 255 392,24 €	8 636 172,39 €				
R10	Outras receitas de capital				<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>48 128 736,97 €</b>	<b>45 086 280,87 €</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos				<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>17 625 800,30 €</b>	<b>21 390 136,13 €</b>
				D10	Despesa com ativos financeiros		
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>81 501 061,36 €</b>	<b>84 356 330,31 €</b>	D11	Despesa com passivos financeiros	17 625 800,30 €	21 390 136,13 €
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>		<b>Soma [6]=-[4]+[5]</b>	<b>65 754 537,27 €</b>	<b>66 476 417,00 €</b>
R12	Receita com ativos financeiros						
R13	Receita com passivos financeiros						
	<b>Soma [3]=-[1]+[2]</b>	<b>81 501 061,36 €</b>	<b>84 356 330,31 €</b>				

Valores: Euros

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## Introdução

As presentes demonstrações financeiras e orçamentais são apresentadas de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP e respetivas Normas Contabilísticas Públicas (NCP).

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo que as notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o estipulado no artº 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios estão obrigados a apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Para que a informação a prestar seja coerente, procedeu-se à homogeneização e agregação dos dados, incluindo a eliminação das operações Intra perímetro, através da aplicação de regras e métodos previamente definidos.

## Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1) Identificação da Entidade e período de relato (Anexo I)

#### Entidade que controla:

Identificação		
1	Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
3	Natureza	Autarquia Local
4	Endereço postal - arruamento	Rua Álvares Cabral
5	Endereço postal - código postal	4400 - 017
6	Telefone	223742400
7	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
8	Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
9	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de	Não
Legislação		
1	Regime Financeiro	Lei 73/2013
2	Regime Jurídico	lei 75/2013

No anexo II, encontra-se a estrutura organizacional do Município, nomeadamente o seu organograma.

#### Entidades controladas:

As entidades que integram o perímetro de consolidação, em 31 de dezembro de 2022, assim como os respetivos métodos de consolidação utilizados, são os seguintes:

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida	Método
Águas de Gaia EM, S.A.	504763202	53 999 879,79 €	100,00%	Sim	Integral
Gaiurb - Urbanismo e Habitação EEM	506064433	2 268 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	507809661	1 183 770,40 €	82,28%	Sim	Integral
Gaia Douro - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	720009499	6 000 000,00 €	100,00%	Sim	Integral
Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL	513567020	45 000,00 €	89,46%	Sim	Integral
Município - Empresa Cartografia e Sistemas Informação EM, S.A.	504475606	154 639,37 €	4,78%	Sim	MEP
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	500246467	10 836 000,00 €	12,04%	Sim	MEP

No concernente à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. e à STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., o método de consolidação utilizado foi o da equivalência patrimonial dado que a percentagem detida pelo Município é diminuta e não se verifica a existência de controlo. Quanto às restantes entidades do perímetro de consolidação o método utilizado foi o da consolidação integral.

#### Entidades participadas, mas não controladas, excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	NIPC	Valor subscrito	% MVNG no Capital Social	Consolida
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	514310103	5 546 450,00 €	24,12%	Não
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	503693812	850 000,00 €	25,00%	Não
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504454536	55 200,00 €	36,80%	Não
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	3 664 903,50 €	0,88%	Não
Águas Douro e Paiva, S.A.	503537624	1 136 910,00 €	5,44%	Não
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	504521071	4 989,48 €	20,00%	Não
Fundação da Juventude	502263342	24 939,89 €	1,50%	Não
Metro do Porto, S.A.	503278602	5,00 €	0,00%	Não

As entidades constantes do quadro anterior foram excluídas do perímetro de consolidação porque:

- Não existem elementos de poder ou resultado - artº 75, nº 4 al. c) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;
- Trata-se de empresas participadas nos termos dos artº s. 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 agosto;
- Não existe presunção de controlo, nos termos vertidos na NCP 22.

#### RECURSOS HUMANOS

No quadro seguinte discrimina-se o número total de colaboradores ao serviço do Grupo em 2022, das entidades consolidadas através do método de consolidação integral:

N.º de Colaboradores	MUNICÍPIO	ÁGUAS DE GAIA, EM S.A	GAIURB URBANISMO E HABITAÇÃO, EEM	INOVAGIA	GAIADOURO - FEIIF	GAIA FUTURO (*)	TOTAL AGREGADO EM 31/12/2022
Total	3381	380	278	9	0	1	4049

(\*)Por insuficiência de dados no RC da Gaia Futuro, foi considerado um colaborador, dado esta evidenciar "Gastos com o Pessoal" na sua DR.



## 2) Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

### a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município, e tendo por base os livros e registos contabilísticos do Município e das entidades controladas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. As notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### b) Valores de Caixa e Depósitos Bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se no quadro seguinte:

#### *Desagregação de caixa e depósitos*

Conta	TOTAL AGREGADO EM 31/12/2022
Caixa	46 465,70
Depósitos à ordem	0,00
Depósitos bancários à ordem	42 934 822,64
Outros depósitos	0,00
Depósitos a prazo	1 086 732,23
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de Garantias e Cauções	8 548 450,25
<b>Total</b>	<b>52 616 470,82</b>

## Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 1) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos no SNC-AP, e são apresentadas em euros.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base a estrutura e conteúdos definidos na NCP, e são apresentadas em euros. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, requer que o Órgão Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As demonstrações financeiras são igualmente preparadas com base no regime do acréscimo, sendo que os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a qualquer compensação, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Com base na informação disponível as presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Há a realçar que as demonstrações financeiras da Inovagaia foram preparadas de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo NCRF-ESNL

### **Ativos fixos Tangíveis**

O Grupo Municipal de Vila Nova de Gaia considera como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição. O custo de um bem do ativo fixo tangível compreende o seu preço de compra e os custos suportados inicialmente para a sua aquisição ou construção, e ainda os custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou prestar assistência a esse ativo, desde que estes possibilitem um aumento do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros associado a esse bem. Após reconhecimento inicial, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, aplicando-se esta política a uma classe inteira de ativos fixos tangíveis. Não foi efetuado qualquer tipo de revalorização de ativos. Salienta-se ainda que, no caso de ativos fixos tangíveis doados, o reconhecimento inicial é efetuado pelo justo valor desse ativo, ou através do valor patrimonial tributário, não consistindo, tal facto, uma revalorização.

## **Imparidade de ativos**

Imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização. Num ativo não gerador de caixa a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Se se tratar de um ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou no potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla. No que respeita às imparidades registadas em Ativos Fixos Tangíveis, o Grupo Municipal considera que os ativos utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado, caso em que procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, o Grupo Municipal reconhece uma perda por imparidade. A quantia recuperável é definida como a mais alta de entre o justo valor do ativo menos os custos de vender e o valor do uso. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores. São efetuados testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico destes ativos diverge do valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados. Na avaliação dessas circunstâncias, são tidas em consideração, um conjunto determinado de indicadores internos e indicadores externos, tais como:

- i) Visível dano físico ou a sua obsolescência;
- ii) Alterações no uso do ativo;
- iii) Evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

## **Ativos intangíveis**

As entidades consomem frequentemente recursos, ou assumem passivos com a aquisição desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais. São exemplos comuns de itens abrangidos por estes grupos o software informático, patentes, direitos de autor, filmes, listas de utilizadores de um serviço. Nem todos os itens atrás descritos satisfazem a definição de um ativo intangível e nesse caso, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for suportado. Um ativo é tido como identificável se:

a) For separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente quer juntamente com um contrato, ativo ou passivo identificável associados, independentemente de a entidade querer fazê-lo ou não;

b) Decorrer de acordos vinculativos, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Compreende, essencialmente, licenças de software e programas de computador. Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos nas linhas da demonstração de resultados por natureza.

### **Vida útil e Depreciações**

A vida útil dos ativos intangíveis (nomeadamente, software), é definida pelo tempo esperado da sua utilização. Os terrenos não são depreciados. O método de amortização/depreciação utilizado para os ativos é o método das quotas constantes (ou da linha reta). O cálculo das depreciações/amortizações é efetuado pelo método da linha reta, em regime duodecimal, sendo que a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde ao período de vida estimado para o uso dos mesmos.

### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos encontram-se contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte nos resultados da participada depois da data da aquisição, assim como de eventuais alterações no respetivo património.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- b) Participação em processos de decisão de políticas;
- c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- d) Intercâmbio de pessoal de gestão;
- e) Prestação de informação técnica essencial.

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento de um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas é efetuado quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) Dinheiro;
- b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- c) Um direito contratual:
  - i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
  - ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

### **Propriedades de Investimento.**

As propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo em que o valor a considerar corresponde ao preço de compra acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis, deduzidos de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas. As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviços.

### **Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo justo valor à data de aquisição. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados «Perdas por imparidade em inventários» e «Reversões de perdas por imparidade em inventários».

### **Contas a Receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço.

### **Ativos de Concessão de Serviços**

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando se verifica o controlo de quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

A contabilização dos ativos de concessão na ótica do concedente, depende do modelo do passivo utilizado. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato. Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como se compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

- a) Efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do “passivo financeiro”), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;
- b) Compensar o concessionário por outro meio (o modelo da “atribuição de um direito ao concessionário”), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação (“modelo misto”), a contabilização segue a divisão do acordo. Nos casos em que o concessionário pague rendas e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de revenue sharing, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

Os acordos de concessão de serviços, envolvem os concessionários que proporcionam serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente. O ativo proporcionado pelo concessionário é reconhecido como um ativo de concessão de serviços se:

- a) Existir controlo de quais os serviços que o concessionário tem que prestar com o ativo, a quem tem de o prestar e a que preço;
- b) Existir controlo – através da propriedade – interesse no ativo no final do termo do acordo. Não existindo obrigação de pagar dinheiro ou outro ativo ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do ativo de concessão de serviços, e compensa o concessionário pelo ativo de concessão com o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, o modelo adotado é o da atribuição de um direito ao concessionário.

### **Subsídios ao Investimento**

Os subsídios ao investimento são registados, após verificação do cumprimento da respetiva condição (caso exista), em conta apropriada no Património Líquido aquando do seu recebimento, e são transferidos para resultados na proporção das depreciações e amortizações praticadas sobre os bens financiados.

### **Loações**

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

## **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- a) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

## **Passivos e Ativos Contingentes**

Os passivos contingentes são definidos como:

- a) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo;
- b) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis.

## **Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda sejam concluídas.

## **Rendimentos com e sem contraprestação**

Ao distinguir rendimentos com e sem contraprestação, deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Políticas Contabilísticas e métodos adotados

Vendas – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados:

- a) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- b) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- c) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- d) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;

e) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Juros – o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados através do método do juro efetivo.

Royalties – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

Dividendos – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber dividendo.

### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

### **Compensação**

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a qualquer compensação, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

### **Continuidade**

Com base na informação disponível as presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## **2) Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## **3) Informações Relativas aos procedimentos de Consolidação**

A apresentação e preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município, foi efetuada, como anteriormente referido, ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que estabelece os requisitos contabilísticos para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente:

- **Procedimentos de Consolidação:**

a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.



b) Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações intragrupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intragrupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Políticas contabilísticas uniformes:**

Se uma entidade do grupo aplicar políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras dessa entidade do grupo aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo Público.

- **Mensuração:**

Uma entidade inclui os rendimentos e os gastos de uma entidade controlada nas suas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtém controlo e até à data em que deixa de controlar a entidade. Os rendimentos e gastos da entidade controlada baseiam-se nas quantias dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

Os métodos de consolidação adotados foram:

- a) O de consolidação integral, que consiste na integração dos elementos do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração de Alterações no Património Líquido, das entidades consolidadas, nas componentes das demonstrações financeiras da entidade consolidante, após as correções devidas;
- b) O de equivalência patrimonial que consta na substituição no balanço, da entidade consolidante, do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

- **Controlo:**

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

- Poder sobre outra entidade, ou seja, quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto

decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

- Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade;
- A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade.

A existência de controlo por parte do Município é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram efetuados, de acordo com os procedimentos de consolidação atrás referidos, entre outros, os seguintes ajustamentos:

- Na consolidação integral foram efetuadas as correções devidas aos documentos por forma a eliminar as participações financeiras, as transações recíprocas e os saldos entre as diversas entidades consolidadas;
- A Águas de Gaia, EM S.A apresenta no seu balanço, em Ativos Fixos Intangíveis (propriedade industrial), o valor de 16.637.590,32€ referente à aquisição da posição contratual relativa à gestão e exploração do sistema municipal de resíduos sólidos urbanos. Como este ativo resulta de uma operação realizada com o Município, que é a entidade consolidante, procedeu-se à anulação deste valor do ativo por contrapartida de resultados transitados.
- Em 2015 procedeu-se à inclusão do FEIIF – Gaia Douro na consolidação integral, conseqüentemente, tratando-se de uma entidade de investimento, os investimentos do FEIIF (entidade de investimento controlada) são contabilizados ao justo valor através dos resultados de acordo com a NCP 18, e os restantes ativos, passivos, rendimentos e gastos são contabilizados de acordo com os parágrafos 21 a 38 da NCP 22;
- Procedeu-se à anulação dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Município às diversas entidades consolidadas, de acordo com a seguinte especificação:

CONTA	ÁGUAS DE GAIA	GAIURB	INOVAGAIA	TOTAL
59.3 ( D )	0,00	7 579 039,47	318 657,38	7 897 696,85
78.8 ( D )	0,00	180 296,14	8 170,70	188 466,84
56 ( C )	0,00	7 759 335,61	326 828,08	8 086 163,69

- O Município detém 82,28 % do capital social da Inovagaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia, e 89,46% do capital social da Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CIPRL, pelo que se considerou o resultado líquido destas entidades naquelas % e o valor restante foi imputado a interesses minoritários e apresentado isoladamente.

## Informações sobre Dívida Bruta:

Descrição	Participação Município (%)	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
Águas de Gaia E.M., S.A.	100,00	0,00
Gaiurb – Urbanismo e Habitação E.M., S.A.	100,00	0,00
Inova.Gaia – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG	82,28	123 896,91
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro	100,00	3 663 801,68
Gaia Futuro – Cooperativa de Interesse Público, CRL	89,46	0,00
Municípa - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	4,78	0,00
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	12,04	0,00
<b>TOTAL DE DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA</b>		<b>3 787 698,59</b>

Valores: Euros

## Informações sobre Saldos e Fluxos Financeiros

### Entre Entidades do Grupo

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / ÁGUAS DE GAIA, E.M., S.A									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	6 600 000,00	0,00	6 600 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	63 012,59	994 787,93	24 071,53	1 032 149,67	1 579,32	0,00	25 315,71	0,00	25 315,71	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>63 012,59</b>	<b>7 594 787,93</b>	<b>24 071,53</b>	<b>7 632 149,67</b>	<b>1 579,32</b>	<b>0,00</b>	<b>25 315,71</b>	<b>0,00</b>	<b>25 315,71</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAIURB, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	3 264 450,00	0,00	3 264 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	674 834,59	584 350,66	86 792,12	855 133,49	317 259,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	526 417,57	238 776,26	0,00	575 046,78	190 147,05	657 896,49	2 341 897,53	0,00	2 540 695,00	459 099,02
<b>TOTAL</b>	<b>1 201 252,16</b>	<b>4 087 576,92</b>	<b>86 792,12</b>	<b>4 694 630,27</b>	<b>507 406,69</b>	<b>657 896,49</b>	<b>2 341 897,53</b>	<b>0,00</b>	<b>2 540 695,00</b>	<b>459 099,02</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / INOVAGAIA									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 954,57	0,00	0,00	0,00	62 954,57
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>200 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62 954,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62 954,57</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / FEIF GAIADOURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	1 741 705,47	0,00	1 741 705,47	0,00	0,00	19 492,65	0,00	19 492,65	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1 741 705,47</b>	<b>0,00</b>	<b>1 741 705,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19 492,65</b>	<b>0,00</b>	<b>19 492,65</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA / GAIA FUTURO									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

TIPO DE FLUXOS	ÁGUAS DE GAIA, E.M.S.A / GAIURB, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos do Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBSÍDIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 654,85	72 302,08	5,18	68 382,48	9 569,27
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM NUMERÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DO CAPITAL EM ESPÉCIE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 654,85</b>	<b>72 302,08</b>	<b>5,18</b>	<b>68 382,48</b>	<b>9 569,27</b>

### Nota 3 - Ativos intangíveis

As entidades consomem frequentemente recursos, ou assumem passivos com a aquisição desenvolvimento, manutenção, ou melhoria de recursos intangíveis tais como conhecimentos científicos ou técnicos, conceção e implementação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual e marcas comerciais. São exemplos comuns de itens abrangidos por estes grupos o *software* informático, patentes, direitos de autor, filmes, listas de utilizadores de um serviço.

Nem todos os itens atrás descritos satisfazem a definição de um ativo intangível e nesse caso, o dispêndio para o adquirir ou gerar internamente é reconhecido como um gasto quando for suportado.

Um ativo é tido como identificável se:

- For separável da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente quer juntamente com um contrato, ativo ou passivo identificável associados, independentemente de a entidade querer fazê-lo ou não;
- Decorrer de acordos vinculativos, independentemente de esses direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

A Águas de Gaia relevou como Ativo Intangível o valor que resultou da posição contratual relativa à gestão e exploração do sistema municipal de resíduos urbanos.

#### Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis do grupo, bem como respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

#### ***Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas***

RUBRICAS (1)	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00	348 578,63	348 578,63	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	2 529 173,37	1 736 433,67	0,00	792 739,70	3 548 044,43	2 937 630,63	0,00	610 413,80
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 634,89	1 634,89	0,00	0,00	4 406,89	1 766,89	0,00	2 640,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	86 006,09	0,00	0,00	86 006,09
<b>TOTAL</b>	<b>2 879 386,89 €</b>	<b>2 086 647,19 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>792 739,70 €</b>	<b>3 987 036,04 €</b>	<b>3 287 976,15 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>699 059,89 €</b>

### Quantia escriturada e variações do período

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e as respetivas amortizações do período detalham-se no quadro que se apresenta:

#### **Quantia escriturada e variações do período**

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO								
	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	792 739,70	1 013 732,97	5 138,09	0,00	0,00	0,00	-1 201 196,96	0,00	610 413,80
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2 772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-132,00	0,00	2 640,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	86 006,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86 006,09
<b>TOTAL</b>	<b>792 739,70</b>	<b>1 102 511,06</b>	<b>5 138,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 201 328,96</b>	<b>0,00</b>	<b>699 059,89</b>

### **Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

Os acordos de concessão de serviços aqui indicados, envolvem os concessionários que proporcionam serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente (Município – as restantes entidades consolidadas não apresentaram dados referentes a acordos de concessão de serviços).

O Município reconhece o ativo proporcionado pelo concessionário como um ativo de concessão de serviços pois:

- Controla quais os serviços que o concessionário tem que prestar com o ativo, a quem tem de o prestar e a que preço;
- Controla – através da propriedade – interesse no ativo no final do termo do acordo.

Atendendo que o Município não tem obrigação de pagar dinheiro ou outro ativo ao concessionário pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do ativo de concessão de serviços, e compensa o concessionário pelo ativo de concessão com o direito de obter rendimento de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços, o modelo adotado é o da atribuição de um direito ao concessionário.

Desta forma, considerando os termos dos contratos de concessão, estamos perante o modelo de compensação por “atribuição de um direito ao concessionário”, o que obriga ao reconhecimento dos ativos no balanço (numa classe independente de ativos fixos tangíveis) por contrapartida de um crédito na conta "2824 - Acordos de concessão de serviços" que será anualmente especializada para a conta 7205 - Concessões.

Esta especialização do proveito, é efetuada na proporção das depreciações dos ativos de concessão de serviços.

### ***Acordos de concessão de serviços***

TOTAL AGREGADO							
Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão distribuição Energia Elétrica em Baixa Tensão (BT) (*)	EDP/E-Redes	Infraestruturas de BT	–	–	0,00	0,00	0,00
Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Parquegil	Parcometros	20 anos	–	0,00	0,00	0,00
Construção e Exploração de Teleférico e Exploração de lugares de estacionamento pago na via pública	Telef	Parcometros e teleférico	20 anos	–	0,00	0,00	0,00

(\*) Contrato terminou em 31/12/2021 tendo sido prorrogado por força do Artº 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro

Os ativos de concessão inerentes aos acordos com a Telef e Parquegil foram registados pelo justo valor. No que concerne aos ativos de concessão da EDP, estes encontram-se refletidos em conformidade com o mapa de ativos intangíveis da entidade pelo seu valor líquido.

## **Nota 5 - Ativos fixos tangíveis**

Ativos fixos tangíveis, são bens com substância física que:

- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos;
- Se espera sejam usados para mais de um período de relato.

Estes ativos tangíveis estão agrupados em classes com idêntica natureza ou função similar nas operações da entidade e são evidenciados como um único ativo para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras.

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo este o somatório de todos os custos incorridos pelo bem até que este esteja no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelos órgãos de gestão.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidades acumuladas foi a seguinte:

**a) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

*Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas*

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO							
	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	206 117 314,79	0,00	0,00	206 117 314,79	207 896 595,26	0,00	0,00	207 896 595,26
Edifícios e outras construções	12 549 696,71	4 263 582,79	0,00	8 286 113,92	12 970 353,99	4 984 767,82	0,00	7 985 586,17
Infraestruturas	286 642 075,72	105 420 647,87	0,00	181 221 427,85	294 060 776,77	121 240 578,44	0,00	172 820 198,33
Património histórico, artístico e cultural	2 886 779,16	3 098,26	0,00	2 883 680,90	3 003 247,03	11 841,49	0,00	2 991 405,54
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	508 195 866,38	109 687 328,92	0,00	398 508 537,46	517 930 973,05	126 237 187,75	0,00	391 693 785,30
<b>Ativos fixos em concessão</b>								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	30 754 390,97	5 733 381,76	0,00	25 021 009,21	30 797 264,57	7 011 847,75	0,00	23 785 416,82
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	30 754 390,97	5 733 381,76	0,00	25 021 009,21	30 797 264,57	7 011 847,75	0,00	23 785 416,82
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	78 727 626,45	0,00	0,00	78 727 626,45	78 741 290,25	0,00	0,00	78 741 290,25
Edifícios e outras construções	574 429 595,92	245 761 866,12	0,00	328 667 729,80	595 319 671,06	258 784 050,66	0,00	336 535 620,40
Equipamento básico	23 905 480,28	17 923 643,62	0,00	5 981 836,66	24 766 778,18	19 188 785,43	0,00	5 577 992,75
Equipamento de transporte	11 562 424,09	9 632 403,04	0,00	1 930 021,05	11 572 568,22	10 256 600,18	0,00	1 315 968,04
Equipamento administrativo	14 966 168,69	12 767 147,20	0,00	2 199 021,49	15 575 515,24	13 494 716,14	0,00	2 080 799,10
Equipamentos biológicos	1 154,74	662,65	0,00	492,09	1 215,29	784,22	0,00	431,07
Outros	8 025 886,20	4 831 517,23	0,00	3 194 368,97	10 176 877,48	5 531 726,53	0,00	4 645 150,95
Ativos fixos tangíveis em curso	46 040 077,74	0,00	0,00	46 040 077,74	51 423 726,65	0,00	0,00	51 423 726,65
	757 658 414,11	290 917 239,86	0,00	466 741 174,25	787 577 642,37	307 256 663,16	0,00	480 320 979,21
<b>TOTAL</b>	<b>1 296 608 671,46</b>	<b>406 337 950,54</b>	<b>0,00</b>	<b>890 270 720,92</b>	<b>1 336 305 879,99</b>	<b>440 505 698,66</b>	<b>0,00</b>	<b>895 800 181,33</b>

**b) Ativos fixos tangíveis – quantias escrituradas e variações do período**

*Quantia escriturada e variações do período*

RUBRICAS	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO								
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por	Perdas por imparidade	Variação das depreciações acumuladas	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>398 508 537,46</b>	<b>2 376 725,90</b>	<b>7 338 567,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-16 530 006,98</b>	<b>-39,07</b>	<b>391 693 785,30</b>
Terrenos e recursos naturais	206 117 314,79	2 256 543,22	-477 262,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207 896 595,26
Edifícios e outras construções	8 286 113,92	0,00	420 657,28	0,00	0,00	0,00	-721 185,03	0,00	7 985 586,17
Infraestruturas	181 221 427,85	3 675,74	7 395 173,46	0,00	0,00	0,00	-15 800 078,72	0,00	172 820 198,33
Património histórico, artístico e cultural	2 883 680,90	116 506,94	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 743,23	-39,07	2 991 405,54
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>25 021 009,21</b>	<b>42 873,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 278 465,99</b>	<b>0,00</b>	<b>23 785 416,82</b>
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	25 021 009,21	42 873,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 278 465,99	0,00	23 785 416,82
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>475 889 898,77</b>	<b>50 386 628,04</b>	<b>-12 241 577,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-25 375 070,43</b>	<b>-8 338 899,66</b>	<b>480 320 979,21</b>
Terrenos e recursos naturais	78 727 626,45	311 343,89	-16 240,69	0,00	0,00	0,00	0,00	-281 439,40	78 741 290,25
Edifícios e outras construções	331 196 023,88	5 450 717,98	15 901 511,54	0,00	0,00	0,00	-15 852 031,58	-160 601,42	336 535 620,40
Equipamento básico	6 757 999,49	1 505 258,29	-16 611,00	0,00	0,00	0,00	-2 418 922,43	-249 731,60	5 577 992,75
Equipamento de transporte	2 396 786,89	96 579,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 157 548,30	-19 849,68	1 315 968,04
Equipamento administrativo	6 058 473,22	892 094,34	1 059,40	0,00	0,00	0,00	-4 862 694,98	-8 132,88	2 080 799,10
Equipamentos biológicos	492,09	60,55	0,00	0,00	0,00	0,00	-121,57	0,00	431,07
Outros	3 885 623,33	1 800 114,33	44 094,12	0,00	0,00	0,00	-1 083 751,57	-260 050,62	4 386 029,59
Ativos fixos tangíveis em curso	46 866 873,42	40 330 459,53	-28 155 390,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 359 094,06	51 682 848,01
<b>TOTAL</b>	<b>899 419 445,44</b>	<b>52 806 227,54</b>	<b>-4 903 009,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-43 183 543,40</b>	<b>-8 338 938,73</b>	<b>895 800 181,33</b>



## Nota 6 – Locações

Enquadram-se em Locações todos os acordos que transfiram o direito de uso de ativos, ainda que esses acordos contemplem a prestação, pelo locador, de serviços substanciais relacionados com a operação ou manutenção de tais ativos. Não se enquadram neste item acordos que sejam contratos de prestação de serviços que não transfiram o direito de uso de ativos de uma parte contraente para a outra. As locações poderão ser financeiras ou operacionais.

São classificadas como financeiras as locações em que são transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade e operacionais quando não se verifica a transferência substancial desses riscos e vantagens. Assim a classificação de uma locação em financeira ou operacional depende da substância da transação e não da forma de contrato.

A classificação da locação ocorre no início do contrato. Se por algum motivo o locador e locatário durante o período de vigência do contrato concordarem alterar as cláusulas da locação da qual resulte uma classificação diferente, o acordo revisto passa a ser um novo acordo durante o seu prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de locação operacional/financeira do Grupo são os seguintes:

### Locações operacionais – locatário

Bens Locados	Valor do contrato	TOTAL AGREGADO								
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado (Anterior)		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes							
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 48 meses para 10 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	137 970,87	34 901,13	0,00	63 601,54	0,00	39 468,20	0,00	0,00	137 970,87	39 468,20
Aluguer operacional de automóveis ligeiros pelo período de 60 meses para 99 viaturas (Lease Plan Portugal, Lda)	2 021 203,97	401 772,77	0,00	1 385 294,29	0,00	234 136,91	0,00	0,00	2 021 203,97	234 136,91
Locação operacional de 2 plotter pelo prazo de 60 meses (Canon Portugal, S.A.)	17 933,40	2 369,58	0,00	7 080,91	0,00	6 091,79	2 391,12	0,00	17 933,40	8 482,91
Aluguer operacional de oito (8) veículos automóveis ligeiros de passageiros pelo período de 48 meses (Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.)	309 393,05	75 959,47	0,00	0,00	0,00	104 519,80	128 913,78	0,00	309 393,05	233 433,58
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, para os edifícios do Município de Vila Nova de Gaia, pelo prazo de 5 meses (Canon Portugal, S.A.)	55 350,00	6 490,25	0,00	48 859,75	0,00	0,00	0,00	0,00	55 350,00	0,00
Aluguer operacional de um (1) veículo automóvel ligeiro de passageiros pelo período de 48 meses, com retoma de 3 viaturas (Kinto Portugal, S.A.)	53 104,54	6 566,64	0,00	0,00	0,00	19 985,64	26 552,26	0,00	53 104,54	46 537,90
Locação operacional de equipamentos e serviços no âmbito da atividade de cópia, impressão, digitalização e fax, incluindo software, para os edifícios municipais e escolas do Município de Vila Nova de Gaia, pelo prazo de 60 meses (Canon Portugal, S.A.)	1 242 917,21	0,00	0,00	0,00	0,00	517 463,21	725 454,00	0,00	1 242 917,21	1 242 917,21
Aluguer operacional de duas Viaturas Volkswagen Passat Plug-In-Hybrid, pelo período de 36 meses (FINLOG, SA)	44 209,15	14 736,48	0,00	19 689,57	0,00	9 783,10	0,00	0,00	44 209,15	9 783,10
Aluguer operacional de uma Viatura Volkswagen Passat Plug-In-Hybrid, pelo período de 33 meses (LOCARENT, SA)	21 379,56	7 590,68	0,00	8 230,03	0,00	5 558,85	0,00	0,00	21 379,56	5 558,85
Aluguer operacional de dois Veículos Elétricos Volkswagen ID3 Pro, pelo período de 48 meses (LOCARENT, SA)	58 568,86	96,16	0,00	0,00	0,00	14 642,22	43 830,48	0,00	58 568,86	58 472,70
<b>Total</b>	<b>3 962 030,61 €</b>	<b>550 483,16 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 532 756,09 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>951 649,72 €</b>	<b>927 141,64 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3 962 030,61 €</b>	<b>1 878 791,36 €</b>

### Locações Financeiras – locatário

Rubricas	Quantia Escriturada Líquida (1)	TOTAL AGREGADO									
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (3)	Rendas Contingentes registadas como gasto do período (4)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
Capital	Juro	Capital	Juro								
42.2.1	8 899 889,19 €	439 138,48 €	125 394,51 €	1 905 069,65 €	637 816,31 €	560 364,48 €	2 241 457,92 €	3 758 666,88 €	6 560 489,28 €	3 788 519,09 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>8 899 889,19 €</b>	<b>439 138,48 €</b>	<b>125 394,51 €</b>	<b>1 905 069,65 €</b>	<b>637 816,31 €</b>	<b>560 364,48 €</b>	<b>2 241 457,92 €</b>	<b>3 758 666,88 €</b>	<b>6 560 489,28 €</b>	<b>3 788 519,09 €</b>	<b>0,00 €</b>

Em 31 de dezembro o Município era a única entidade que possuía bens em locação financeira.

## Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Custos de empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados relativos a empréstimos obtidos. Estes podem incluir:

- Juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos;
- Amortizações de descontos ou prémios relativos a empréstimos obtidos;
- Amortização de custos acessórios suportados com a obtenção de empréstimos;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras;
- Diferenças de câmbios relativas a empréstimos em moeda estrangeira na medida em que sejam consideradas como um ajustamento do custo dos juros.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

A Águas de Gaia reconhece os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos de acordo com NCRF nº 27.

O Capital em Dívida, consolidado, no final do exercício económico de 2022 (excluindo Locações Financeiras), ascende a 109.733.467,08€. Acresce o montante de 33.261.961,36€ de empréstimos contratados e não utilizados, conforme se verifica no quadro seguinte:

### Empréstimos – Amortizações previstas

TOTAL AGREGADO		
Total do Capital em dívida a 01/01/2023		109 733 467,08 €
Novos empréstimos contratados a utilizar *		33 261 961,36 €
<b>VALOR TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS</b>		<b>142 995 428,44 €</b>
ANO	Amortização total do ano	Valor remanescente após amortização
2023	15 200 771,82 €	127 794 656,62 €
2024	14 491 954,01 €	113 302 702,61 €
2025	15 007 957,52 €	98 294 745,09 €
2026	14 268 234,37 €	84 026 510,72 €
2027	13 138 675,29 €	70 887 835,44 €
2028	12 238 420,87 €	58 649 414,57 €
2029	12 118 045,98 €	46 531 368,59 €
2030	10 249 016,02 €	36 282 352,58 €
2031	10 052 506,83 €	26 229 845,75 €
2032	4 829 916,04 €	21 399 929,71 €
2033	3 092 420,29 €	18 307 509,43 €
2034	3 093 700,92 €	15 213 808,51 €
2035	3 092 411,26 €	12 121 397,25 €
2036	2 439 032,48 €	9 682 364,77 €
2037	2 339 152,29 €	7 343 212,49 €
2038	1 614 485,02 €	5 728 727,47 €
2039	1 615 789,33 €	4 112 938,15 €
2040	1 842 375,97 €	2 270 562,18 €
2041	1 241 869,21 €	1 028 692,98 €
2042	1 028 692,98 €	0,00 €

## Nota 8 - Propriedades de investimento

Propriedade de investimento é um terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambos, detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital ou ambas e que não seja para:

- Usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos;
- Vender no decurso normal das operações.

Uma propriedade de investimento deve ser reconhecida como um ativo quando, e apenas quando:

- For provável que fluirão benefícios económicos futuros;
- O custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade

As propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo em que o valor a considerar corresponde ao preço de compra acrescido dos dispêndios diretamente atribuíveis, deduzidos de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas. Caso resulte de uma transação sem contraprestação, o custo é o justo valor à data de aquisição.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito.

Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento, consolidada, no início e no final do ano.

### *Variações: modelo do custo*

RUBRICAS	TOTAL AGREGADO								Quantia Escriturada Final
	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período		
Bens de Domínio Público	465 274,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 794,60	0,00	463 479,56
Terrenos e Recursos Naturais	15 884 094,39	9 615,50	566 826,73	100 092,80	-9 615,50	0,00	0,00	0,00	16 551 013,92
Edifícios e Outras Construções	23 496 229,24	451,50	2 345 405,65	200 440,50	-105 643,00	0,00	-132 127,79	-737 684,00	25 067 072,10
Outras PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PI em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (*)</b>	<b>39 845 597,79</b>	<b>10 067,00</b>	<b>2 912 232,38</b>	<b>300 533,30</b>	<b>-115 258,50</b>	<b>0,00</b>	<b>-133 922,39</b>	<b>-737 684,00</b>	<b>42 081 565,58</b>

(\*) Atenta a natureza das transações e dos bens, o valor não é fiavelmente determinável numa base continuada.

## Nota 9 – Imparidade de ativos

Imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do reconhecimento sistemático dessa perda através da depreciação ou amortização.

Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla. Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade quando a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados por natureza na rubrica de «Perdas por Imparidade».

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados por natureza, na rubrica de «Reversões de perdas por imparidade» e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada

Os movimentos ocorridos no período nas imparidades de ativos constam do quadro seguinte:

### **Imparidades**

Ativo	TOTAL AGREGADO					
	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor do Uso
Contas a receber e a pagar - cobrança duvidosa	Gerador de Caixa	6 284 732,69	6 257 329,81	27 402,88		Fluxos de Caixa
Contas a receber - Outros devedores	Gerador de Caixa	130 298,03	116 310,03	13 988,00		Fluxos de Caixa
Participações Financeira		0,00	0,00	0,00		
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00	0,00		
Investimentos noutras empresas - empréstimos concedidos		25 266,25	25 266,25	0,00		

### **Nota 10 – Inventários**

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda ou relacionados com a prestação de serviços, nomeadamente as mercadorias detidas para venda ou distribuição no decurso normal das operações, os materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, gratuitamente ou por valor simbólico ou ainda os adquiridos para aplicar no processo produtivo.

O custo inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta (consolidada) de inventários e os movimentos do período.

### **Inventários**

Ativo	TOTAL AGREGADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	1 309 279,34	0,00	1 309 279,34
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 201 705,82	0,00	2 201 705,82
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 510 985,16</b>	<b>0,00</b>	<b>3 510 985,16</b>

**Inventários: movimentos do período**

Rubrica	TOTAL AGREGADO								
	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)	
Mercadorias	1 309 254,11	7 917 850,55	7 917 623,19	0,00	0,00	0,00	202,13	0,00	1 309 279,34
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 426 351,83	3 403 795,77	3 647 040,10	0,00	0,00	0,00	307,15	18 905,47	2 201 705,82
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3 735 605,94</b>	<b>11 321 646,32</b>	<b>11 564 663,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>509,28</b>	<b>18 905,47</b>	<b>3 510 985,16</b>

**Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação**

Embora os rendimentos recebidos pelo Grupo provenham tanto de transações com contraprestação como transações sem contraprestação, a maior parte do rendimento é tipicamente proveniente de transações sem contraprestação. Entre ela poderemos destacar:

- Impostos - Benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas;
- Transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capitais), subsídios, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações, e bens em espécie.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da Demonstração dos Resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

## Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que resulta no facto de uma entidade não ter qualquer alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Entre estas obrigações temos as provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes.

Provisão é um passivo de momento ou quantia incerta.

Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Os passivos contingentes são passivos que, resultando de um acontecimento passado e cujo montante da obrigação pode ser mensurado com fiabilidade, depende da verificação, no futuro, de um acontecimento possível, mas não provável. Nesse sentido, estes passivos são apenas divulgados nas notas anexas, não sendo registados na contabilidade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

### Provisões

RUBRICAS	TOTAL AGREGADO									Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	6 354 435,54	215 918,88	0,00	0,00	215 918,88	0,00	0,00	0,00	0,00	6 570 354,52
Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	7 206 612,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	7 156 612,77
<b>Total</b>	<b>13 561 048,41</b>	<b>215 918,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>215 918,88</b>	<b>0,00</b>	<b>50 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50 000,00</b>	<b>13 726 967,29</b>

## Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pelo grupo consolidado, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

### *Outros Investimentos Financeiros – Movimentos do período*

Designação da Entidade	TOTAL AGREGADO				
	Fração do capital detido à data do relato	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Simdouro – Saneamento do Grande Porto S.A.	5 546 450,00 €	7 885 447,65 €	319 270,89 €	0,00 €	8 204 718,54 €
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos S.A.	850 000,00 €	4 307 818,75 €	472 936,25 €	244 026,25 €	4 536 728,75 €
Energiaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	55 200,00 €	145 002,68 €	0,00 €	0,00 €	145 002,68 €
Município - Emp.Cartografia e Sist.Inform. E.M., S.A.	154 639,37 €	229 365,55 €	52 255,21 €	48 188,77 €	233 431,99 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	3 664 903,50 €	3 664 903,50 €	0,00 €	0,00 €	3 664 903,50 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	1 136 910,00 €	1 136 910,00 €	0,00 €	0,00 €	1 136 910,00 €
Fundação PortoGaia para Desenvolvimento do Desporto	4 989,48 €	4 989,48 €	0,00 €	0,00 €	4 989,48 €
Fundação da Juventude	24 939,89 €	24 939,89 €	0,00 €	0,00 €	24 939,89 €
Metro do Porto, S.A.	5,00 €	5,00 €	0,00 €	0,00 €	5,00 €
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.		16 776 490,51 €	197 541,01 €	0,00 €	16 974 031,52 €
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, CRL	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €	0,00 €	25 000,00 €
Segurança Social - Fundo de Compensação do Trabalho	444 196,10 €	36 128,99 €	12 117,19 €	3 750,08 €	44 496,10 €

### *Outros Passivos financeiros - cauções*

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	Quantia Escriturada Final
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível até 12 meses	4 383 301,63 €
Cauções Recebidas de Terceiros - Exigível mais de 12 meses	6 071 149,87 €
<b>Total</b>	<b>10 454 451,50 €</b>

## Nota 23 – Outras divulgações

Outras informações consideradas relevantes para a melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

### ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	2022
Imposto sobre o rendimento	108 037,53 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	457 407,42 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	186 778,13 €
Outros impostos	2 275,80 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	992 968,91 €
Tributos das autarquias locais	0,00 €
Outras tributações	10 192,17 €
<b>Total (*)</b>	<b>1 757 659,96 €</b>

(\*)Por insuficiência de dados no RC da Gaia Futuro, foi colocado o valor de 2 793,63€ em "Retenção de impostos sobre rendimentos" e o valor de 6 629,46€ em "Contribuições para sistemas de proteção social"

### GASTOS COM PESSOAL

Em 2022, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Rubricas	TOTAL AGREGADO
	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	1 217 577,55 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	238 510,20 €
Remunerações do pessoal	59 548 977,51 €
Benefícios pós-emprego	4 356,09 €
Indemnizações	145 143,26 €
Encargos sobre remunerações	13 683 008,79 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	823 412,51 €
Gastos de ação social	1 520 650,78 €
Outros gastos com o pessoal	2 163 364,62 €
Outros encargos sociais	356 052,92 €
<b>Total (*)</b>	<b>79 701 054,23 €</b>

(\*)Por insuficiência de dados no RC da Gaia Futuro, foi colocado o valor de 15 416,22€ na rubrica "Remunerações do pessoal" e 3 661,35€ na rubrica "Encargos sobre remunerações"

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS



Em 2022, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Rubricas	GRUPO MUNICIPAL CONSOLIDADO
	2022
Subcontratos e parcerias	7 331 060,20 €
Serviços especializados	49 281 498,65 €
Materiais de consumo	971 879,53 €
Energia e fluidos	5 023 848,41 €
Deslocações, estadas e transportes	261 964,79 €
Serviços diversos	14 855 751,32 €
<b>Total (*)</b>	<b>77 726 002,90 €</b>

(\*)Por insuficiência de dados no RC da Gaia Futuro, foi colocado o valor de 1 236,01€ em "Serviços Diversos"

#### NOTA FINAL

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

## Anexos

## Anexo I – Caracterização da entidade Consolidante

<b>Caracterização da Entidade</b>		
<b>Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022</b>		
<b>Identificação</b>		
1	Denominação	Município de Vila Nova de Gaia
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	505335018
3	Natureza	Autarquia Local
4	Endereço postal - arruamento	Rua Álvares Cabral
5	Endereço postal - código postal	4400-017
6	Telefone	223742400
7	Endereço de correio eletrónico	geral@cm-gaia.pt
8	Sítio da internet	www.cm-gaia.pt
9	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não
<b>Legislação</b>		
1	Regime Financeiro	Lei 73/2013
2	Regime Jurídico	Lei 75/2013
<b>Participações da entidade</b>		
1	Serviços Municipalizados	Não
2	Serviços Intermunicipalizados	Não
3	Entidades Intermunicipais	Não
4	Entidades Associativas Municipais	Sim
5	Empresas Locais	Sim
6	Empresas participadas	Sim
7	Cooperativas	Sim
8	Fundações	Sim
9	Outras entidades de outra natureza	Sim
<b>Descrição sumária das atividades</b>		
1	Atividade	Administração Local
1	Atividade	Biblioteca
1	Atividade	Desportiva e Recreativa
<b>Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (I)</b>		
2	Nome	Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues - Presidente

2	Nome	Patrocínio Miguel Vieira Azevedo - Vice-Presidente
2	Nome	Célia Maria Mendes Correia - Vereadora
2	Nome	Dário Soares Freitas da Silva - Vereador
2	Nome	Elísio Ferreira Pinto - Vereador
2	Nome	José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar - Vereador
2	Nome	José Joaquim Cancela Moura - Vereador
2	Nome	José Valentim Pinto Miranda - Vereador
2	Nome	Marina Raquel Lopes Mendes Ascensão - Vereadora
2	Nome	Paula Cristina Martins Carvalhal - Vereadora
2	Nome	Rui Manuel Alves da Rocha Pereira - Vereador

### Outra informação - Ações de fiscalização

1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças
1	Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas
1	Entidade fiscalizadora	TC - Tribunal de Contas
2	Data da ação	2006
2	Data da ação	2010
2	Data da ação	2012
2	Data da ação	2016
2	Data da ação	2012
2	Data da ação	2008
3	Período abrangido	2003; 2004; 2005
3	Período abrangido	2006; 2007; 2008 e 2009
3	Período abrangido	2010 e 2011
3	Período abrangido	2015 e 2016
3	Período abrangido	2008; 2009; 2010; 2011 e 2012
3	Período abrangido	2005; 2006 e 2007
4	Identificação da ação	"Controlo das Autarquias numa Lógica de Grupo" - Proc. nº 2006/34/22/A3/409
4	Identificação da ação	"Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica" - Proc. nº 2010/25/A3/392
4	Identificação da ação	"Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica - Atrasos de Pagamento" Proc. nº 2012/25/A3/320
4	Identificação da ação	"Contribuir para uma Gestão Orçamental e Financeira Rigorosa e um Nível de Endividamento Sustentável na Administração Local" - Proc. nº 2016/238/A3/855
4	Identificação da ação	"Auditoria Orientada ao Endividamento Municipal" - Proc. nº 21/2012-AUDIT
4	Identificação da ação	"Auditoria Horizontal às Transferências" - Proc. nº 46/2008-AUDIT

### Outra informação

1	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Norma de controlo e eventuais alterações	2020-12-21
2	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Norma de controlo e eventuais alterações	
3	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Regulamentos	
4	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Regulamentos	
5	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	2021-10-19
6	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	
7	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	2022-04-04
8	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	
9	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior	2022-01-24
10	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Inscrição do saldo do período de relato do ano anterior	2022-02-03
11	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Revisão Orçamental	2022-01-24
12	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Revisão Orçamental	2022-02-03
13	Data de aprovação pelo Órgão Executivo - Alteração Orçamental	
14	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo - Alteração Orçamental	
15	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim
16	Transferência de competência de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	Não
17	Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Sim
18	Delegação de competências - dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Não
19	Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, os mesmos foram observados	Sim
20	Número de trabalhadores a 31 de dezembro	3381
21	Prazo médio de pagamento - início do exercício	58.00
22	Prazo médio de pagamento - fim do exercício	42.00
23	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Data da constituição	
24	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Entidades associadas existentes no fim do exercício	
25	(Caso se trate de entidade de natureza associativa) Informações sobre a existência de atividade / movimentos financeiros no período de relato	
26	Concessões de serviços públicos / obras públicas	Sim
27	Mecanismos de recuperação financeira e outros programas de regularização de dívidas a fornecedores	Não
28	Em caso afirmativo, especifique	

### Participações da entidade - influência dominante

1	Denominação	Águas de Gaia E.M., S.A.
1	Denominação	Gaiurb - Urbanismo e Habitação E.M., S.A.
1	Denominação	Inova.Gaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG
1	Denominação	Gaia Douro - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
1	Denominação	Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504763202
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	506064433
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	507809661
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	720009499
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	513567020
3	Influência dominante	Sim
3	Influência dominante	Sim
3	Influência dominante	Sim
3	Influência dominante	Sim
3	Influência dominante	Sim

### Identificação dos membros do Órgão Executivo / Conselho de Administração (II)

1	Número de vereadores - regime de permanência	9
2	Número de vereadores - a meio tempo	2
3	Número de vereadores - restantes vereadores	0
4	Número de eleitores	Igual ou superior a 40.000

### Identificação das entidades que compõem o grupo público

1	Denominação	Águas de Gaia, E.M., S.A.
1	Denominação	Gaiurb - Urbanismo e Habitação, E.M., S.A.
1	Denominação	Inova.Gaia - Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VNG
1	Denominação	Gaia Douro - Fundo de Investimento Fechado
1	Denominação	Gaia Futuro - Cooperativa de Interesse Público, CRL
1	Denominação	Municíпия - Emp. Cartografia e Sist. Inform. E.M., S.A.
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	504763202
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	506064433
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	507809661
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	720009499
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	513567020
2	Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)	5044475606

### Concessões de serviço públicos / obras públicas

1	Concessionário	TELEF - TRANSPORTES POR CABO E CONCESSÕES, S.A.
1	Concessionário	PARQUEGIL - PLANEAMENTO E GESTÃO DE ESTACIONAMENTO, S.A.
1	Concessionário	EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA S.A. / E-REDES - DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, S.A.
2	Objeto da concessão	CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA A CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TELEFÉRICO NA ZONA HISTÓRICA DE VILA NOVA DE GAIA E ATRIBUIÇÃO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA ATRAVÉS DE PARCÓMETROS COLETIVOS, NA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DO MORRO, NA CIDADE DE VILA NOVA DE GAIA
2	Objeto da concessão	CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA
2	Objeto da concessão	DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA
3	Data da celebração do contrato	2007-09-14
3	Data da celebração do contrato	2008-12-22
3	Data da celebração do contrato	2001-01-01
4	Período da concessão	20 ANOS, RENOVÁVEL POR UM PERÍODO DE IGUAL DURAÇÃO
4	Período da concessão	20 ANOS
4	Período da concessão	Contrato terminou em 31/12/2021 tendo sido prorrogado por força do Artº 285º do Decreto-Lei nº 15/2022, de 14 de janeiro
5	Natureza da concessão	PARCÓMETROS E TELEFÉRICO
5	Natureza da concessão	PARCÓMETROS
5	Natureza da concessão	Infraestruturas de BT

## Anexo II – Organograma – Entidade Consolidante

